

A GRANDE GREVE DO ABC

30 mil operários de São Paulo param as máquinas e exigem aumento salarial.



As fábricas da região paulista do ABC, o maior centro industrial do país, viveram esta semana um desafio. Pelo menos 30 mil operários pararam as máquinas em 15 empresas e exigiram 20% de aumento salarial imediato. A extensão do movimento surpreendeu os próprios trabalhadores. "Quase chorei quando não ouvi barulho nenhum dentro da fábrica. Foi bonito", conta um metalúrgico da Ford.

Balanço: começou na Saab-Scania, dia 12, incluindo 2.500 empregados da linha de produção. Estendeu-se para a Ford e outros 9.500. E atingiu ainda 10 mil na Mercedes Benz, 4 mil na Volkswagen, 2 mil na Philips, 1.100 na Perkins, 800 na Otis, 800 na Semer, 150 na Copaf. No fechamento desta edição, informava-se de paralisações na Pirelli, Schuler, Fabrini, Cyma, Ferma, Artep, sem haver contudo números precisos ainda.

Com vários dias de indecisão, o governo lançou mão do Tribunal Regional do Trabalho para considerar ilegais as paralisações do ABC, como contrárias à lei 4 330, baixada em 1º de junho de 1964 para impedir movimentos grevistas. Contudo, os fatos da semana assinalam o exato momento em que o direito de greve deixa de ser apenas uma bandeira nas mãos da classe trabalhadora. (Págs. 3,5,6 e 7).

Música sertaneja classe A

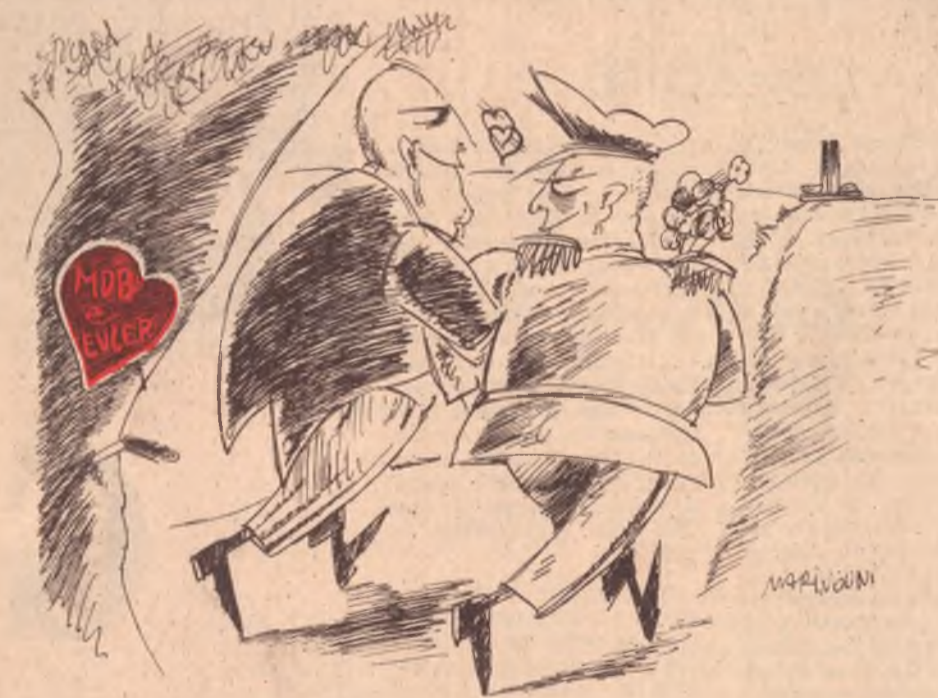
Tomara que seja verdade que exista mesmo disco voador/ Que seja um povo inteligente pra trazer pra gente a paz e o amor/ Se for pro bem da humanidade que felicidade esta intervenção/ (...) Senhor que é todo poderoso fez este colosso suspenso no ar/ Por que não pode ter criado um mundo afastado da terra e do mar/ (...) Quem tem um filho pode ter mais filhos/ O Senhor também pode ter outros mundos

A música sertaneja com depoimentos de artistas, na pág. 8



França: a explosão de Maio.

Por que tanto ódio do Maio de 1968 na França? Que temem os defensores do Estado Forte? Qual a razão de tanta tinta gasta pela grande imprensa para deturpar os fatos? Três professores da Universidade de Campinas (SP), presentes aos acontecimentos de 68 em Paris, debatem sobre o significado e as consequências daquele movimento. (Págs. 9 e 10)



Crise militar põe MDB no centro da jogada

"Constituinte com Euler" - esta proposta vem sendo intensamente discutida dentro do MDB, onde tem conquistado fortes adesões. Lideranças do partido de oposição, avaliando o momento político, acham que o partido está com a bola nos pés, podendo jogar "um decisivo papel na questão sucessória". Até onde irá o compromisso do MDB com a candidatura Euler Bentes Monteiro? E até onde irá o compromisso do general com o MDB? pag. 3

Scania
promete
e não
cumpre
Pag. 6

Seca: os bóias-frias passam por Sorocaba.
"Candidatos Populares" já têm Comitês

Pág. 12

(Pág. 4)

CENSURA PRÉVIA

O São Paulo Movimento Tribuna da Imprensa

Nós, jornalistas e leitores, denunciaremos.

Jornais e Jornalistas

1 O semanário "O São Paulo", que havia impetrado mandado de segurança visando pôr fim à censura prévia a que está submetido vai continuar sendo cortado. O Supremo Tribunal Federal a quem o mandado havia sido impetrado, simplesmente "não o conheceu", por unanimidade. Esse "não conhecimento" implica na negação do man-

dato, sem que ao menos seja examinado o seu mérito. A justificativa para essa decisão foi que o jornal foi colocado sob censura prévia através de despacho do presidente Médici com base no AI-5. Portanto, os juizes do supremo entendem que essa questão está completamente fora de discussão. E não a discutiram. Apenas "não a conheceram".

2 "Nota Oficial: A sucursal de EM TEMPO, em Belo Horizonte, vem a público protestar contra a detenção de dois de seus colaboradores - Jair Tadeu da Fonseca e Maria Dolores Lemos dos Santos - sexta-feira última, dia 5 de maio, nesta cidade. A detenção, feita por uma viatura da Polícia Militar, ocorreu na rua Curitiba, esquina de Tamoios numa fila de ônibus, quando

os dois se preparavam para voltar para casa. Jair foi colocado no camburão e Maria Dolores na boléia e a viatura continuou a fazer a ronda, conduzindo-os à Secretaria de Segurança Pública, na Praça da Liberdade, duas horas depois, às 5h30m da manhã. Na Secretaria, após 5 horas de espera, foram finalmente libertados, ficando sem os jornais que portavam (...)

3 A chapa de Oposição Sindical dos jornalistas profissionais do Rio de Janeiro está sob ameaça de sofrer onze impugnações. A iniciativa partiu, oficialmente, de um associado: Emiliano Castor de Menezes, um ex-policia, jornalista empregado em O Globo, que na época do governo Médici cobria a área militar. Segundo testemunho de seus colegas de redação, Emiliano datilografou o pedido de impugnação na própria máquina do sindicato, a mesma onde são datilografadas as cópias do Boletim Sindical. O escândalo está em que o presidente do sindicato, José Machado, aceitou a denúncia, dando prazo de cinco dias para que os diversos impugnados apresentem contra-razões.

atrás, em Salvador. André Motta Lima e Fichel David Chargel, também integrantes da chapa opositora, teriam sido impugnados, de acordo com a denúncia, por estarem indicados em processos que tramitam na Justiça Militar: Sueli Caldas, por ter sofrido prisão celular no Rio, recentemente; Carlos de Laet, Ricardo Gontijo, Gumercindo Pedroza Filho e Arnaldo César Jacob, por não terem apresentado documentos comprobatórios de exercício da profissão; Argemiro Ferreira, Ziraldo e Paulo César de Araújo, por terem sido presos várias vezes para responder a inquéritos policiais, "ignorando o impugnanço o resultado das investigações".

Mas contra-razões contra o quê? Os termos das impugnações são verdadeiramente policiais. O candidato da Oposição à presidência do sindicato, Carlos Alberto de Oliveira, é acusado de ter sido preso, e anos

Os candidatos da Oposição Sindical receberam o aviso do prazo que têm para defender-se da impugnação policial. Eles estão revoltados a levar a questão até o fim: a derrota de Zé Machado. Com ou sem a ajuda de Emiliano Dedo-Duro.

Intervenções no Zaire

Quatorze meses depois de derrotados graças à intervenção estrangeira, os katangueses voltam a lutar em Shaba (ex-Katanga). Mais uma vez os rebeldes repetem que não querem separar a província do Zaire, mas sim derrubar o presidente Mobutu Sese Seko. Como há quatorze meses, os Estados Unidos intervêm, a França intervém, a Bélgica intervém; entopem com dinheiro e armas um dos governos mais corruptos do planeta, para que ele combata os rebeldes da Frente de Libertação Nacional do Congo, em nome de seus interesses. Novamente, o "ocidente" está inquieto com a possibilidade de o Zaire "tornar-se vítima da ingerência de cubanos e russos". E tome ingerência ocidental!

tral foi ocupado pelo comandante do exército Joseph Mobutu - que hoje se faz chamar Mobutu Sese Seko -, que imediatamente passou a contar com o respaldo norte-americano. Tshombe se rendeu e os "gendarmes" de Katanga se refugiaram em Angola. No final, o Zaire permaneceu unido, conservando sua província mais interessante para o ocidente: Katanga produz cobre, zinco, cobalto, prata, urânio e cromo, responsáveis por 65% das exportações do país.

O Zaire tem uma história trágica. Propriedade particular do rei da Bélgica no século passado, colônia belga em 1908 (sob o nome de Congo), tornou-se independente há dezesseis anos. O primeiro-ministro Patrice Lumumba, progressista, foi assassinado dois meses depois de tomar posse. Os Estados Unidos, a essa altura, apoiavam Moise Tshombe, então primeiro-ministro da província de Katanga e que iniciou um movimento separatista com a ajuda do consórcio belga Union Minière. Após o assassinato, tudo mudou. O poder cen-

Mas manter Mobutu no governo é um problema. Ele tomou o poder em 1965 através de um golpe militar; até hoje não conseguiu o apoio de nenhuma das tribos do país, e desvia sistematicamente a maior parte do dinheiro que a Cia lhe envia para contas na Suíça. (Conta-se que até a gorjeta de milhares de dólares que foram mandados para o cunhado de Mobutu, Holden Roberto, chefe da FLNA, durante a guerra civil de Angola, acabaram ficando nos bolsos do intermediário, o próprio Mobutu).

No entanto, quem colocar em seu lugar? Passar a apoiar os katangueses, depois de tudo? Arriacado. Substituí-lo por outro títere, de melhor estampa? Possivelmente - mas isso só ocorrerá se os katangueses forem derrotados.

E a Scania, de onde vem?

Na Suécia, a SAAB, grupo que controla a Scania, é apenas uma das empresas do conglomerado, que emprega mais de 150 mil pessoas, de propriedade dos Wallenbergs, cujo nome naquele país é sinônimo de capitalismo. Os Wallenbergs são uma das 15 famílias, entre elas a nussa conhecida Johnson, que controlam 20% do total das indústrias do país, conhecido como modelo de social-democracia, onde 90% das indústrias estão nas mãos de particulares, segundo estudo realizado pelo governo sueco.

C.H. Hermansson, ex-líder do PC sueco, que tem estudado essa questão, diz: "A concentração do poder econômico expandiu-se, não tendo sido observado nenhum indicio de descentralização desse poder. Isso significa que os grupos de poder, totalmente fora do controle público, decidem se devem produzir ou não, fechar empresas ou aumentar investimentos. O resultado de tudo isso é que esses grupos exercem grande influência sobre a vida da maioria do povo".

E fundamentado nessas teses, que Hermansson, junto com a ala radical da Central Sindical Sueca, está contestando a proposta do Partido Democrata Cristão de criação de um fundo para os trabalhadores com 20% dos lucros das empresas com mais de 500 empregados, que seria controlado pelo governo e por representantes dos sindicatos. Hermansson e essa ala da Central Sindical entendem que esse fundo se transformaria numa rede, só servindo então para manter os trabalhadores ainda mais atrelados aos patrões, ainda que com um salário um pouco maior. Em outras palavras, a relação patrão-empregado estaria mantida.

No entanto o Partido Social-Democrata, apoiado por alas reformistas da Central Sindical é contrário a essa posição, afirmando que o importante é aproximar os assalariados da administração das empresas! (S.A. JBB)

Os cães e as autoridades

O governador da Bahia, Roberto Santos, deu uma entrevista à imprensa, onde se pensou que ele fosse esclarecer finalmente a repressão à concentração convocada pelo MDB para a apresentação dos seus candidatos ao Senado, no último dia 13. Mas na verdade ele esclareceu muito pouco. O máximo que chegou a admitir foi a sua total fraqueza, quando afirmou que "a posição assumida pelo secretário de segurança, coronel Luis Artur de Carvalho, se sobrepuja a sua própria autoridade de governador de Estado".

Para o governador, a medida da polícia foi apenas preventiva. Ele revelou o seu grau de "desinformação", ao dizer que não houve violên-

cia, no que foi unanimemente repellido pelos repórteres: "O deputado (adesista) Lourival Evangelista foi mordido por um cachorro policial"; "Três estudantes tomaram cassetadas e foram enfiados num camburão". Cercado por todos os lados, Roberto Santos limitou-se a uma risadinha amarela, desculpando-se, "pois tenho que me retirar: os oficiais do EMFA me esperam para uma palestra".

Até o líder do governo no Senado, Eurico Resende, foi mais seguro que ele, ao afirmar que "os cães são utilizados nos países de civilização policial (!) mais avançada. A mordida que o deputado sofreu foi acidental, não foi fruto do dirigismo policial".



LUCIANO ANDRADE

São Domingos

A tentativa de golpe de Estado, ocorrida esta semana na República Dominicana, logo após a realização de eleições gerais, mostrou que as coisas não andam bem para a extrema-direita na América Latina. Durante a contagem dos votos, forças policiais e militares ocuparam o Conselho Eleitoral e carregaram as urnas, declarando que "recontariam os votos". Antes da ocupação, a apuração indicava uma diferença de cerca de 150 mil votos para a oposição social-democrata, liderada pelo fazendeiro do Partido Revolucionário Dominicano, Antonio Guzman. Parecia que o presidente Joaquín Balaguer, candidato à reeleição pela quarta vez, não iria explicar um novo mandato.

Tudo indica, porém, que a tentativa de golpe frustrou-se. E não faltou a pressão internacional (dos Estados Unidos, diga-se logo) no sentido de jogar um balde d'água fria nas pretensões continuistas de Balaguer e seu "sistema de apoio militar".

Depois de uma campanha eleitoral em que foi permitida inclusive a inscrição de dois partidos de esquerda - o PC dominicano e o Partido Marxista-Leninista -, quando grande parte dos 3 milhões de eleitores foram mobilizados por todos os meios, tornou-se inusável que, na base da "mão grande", os militares substituísem o Conselho Eleitoral, mandassem prender o candidato praticamente vitorioso, e recatassem "honestamente os votos".

Governadores de brinquedo

"Chega de brincadeiras" - foi a frase com que Laudo Natel, nomeado futuro governador de São Paulo pelo Palácio do Planalto, recebeu a notícia de uma articulação de ex-governadores contra seu nome e a favor de Sampaio Dória, secretário do governo Paulo Egídio, para "disputar" a convenção da Arena. Não satisfeito, Laudo foi além, invocando a sua condição de "nomeado revolucionário". Em suma: assustado, roncou grosso.

Além disso os rumores - de pouco confirmados - da articulação entre o MDB, militares, e ex-governistas como o ex-ministro Severo Gomes, Magalhães Pinto, trouxe uma insegurança imediata e ainda maior para os empacotantes e os empacotados. A candidatura do MDB a ter um candidato de fato, e a candidatura do General Euler a ser este candidato não são fogos de artifício e podem, se a coisa for bem articulada entre a caserna e os civis, virar a mesa em Brasília.

O pacote de governadores, indicados pelo Planalto para as Arenas estaduais referendarem, não agradou ninguém, a não ser os nomeados e os nomeantes. Quando um regime atinge as raízes da senilidade biológica, a ocupação de cargos de governo adquire características de pirataria: todo mundo quer meter a mão no bolo - antes que ele murche ou perlicite. O caso de São Paulo não é isolado: a insatisfação estadual, dos relegados pelo Planalto, é nacional.

Acresça-se a este quadro a demonstração cabal que a nação dá todo dia de que não cabe e caberá cada vez menos dentro das fronteiras do atual regime governante. Enquanto Laudo Natel dizia enfaticamente o seu ridículo "chega de brincadeiras" os operários do setor metalúrgico do ABC paulista deflagravam uma autêntica "greve branca", de braços cruzados na frente das máquinas.

Herzog, o método

O processo que a família de Vladimir Herzog está movendo contra a União, é paradoxal sob muitos aspectos. Em primeiro lugar é estranha essa convivência entre um ato de procura da justiça - o ato mais importante, devido à participação agora da opinião pública, disse Aurélio Dantas - e a permanência dos órgãos de repressão do regime diretamente envolvidos na morte de Herzog. O CODI-DOI, como se sabe, continua instalado ali, no mesmo lugar de sempre, junto ao QG do II Exército.

como método privilegiado, sistemático e intensivo para obtenção ou de informações, ou de confissões, ou meramente de incriminações e auto-incriminações não necessariamente verdadeiras, mas suficientes para a montagem de um processo igualmente viciado nos tribunais militares.

Em segundo lugar, é paradoxal a própria ação, que é movida contra o que talvez se pudesse dizer, foi um desvio do método e não o método. Ou seja, está se julgando o caso extremo e talvez até não intencional - ainda que consequência direta e previsível - do uso da tortura como método e não do próprio método da tortura. Esse é o limite da ação, imposto pela justiça, num processo onde se procura provar que Herzog não cometeu suicídio nas dependências do CODI-DOI, e portanto responsabilizar a União pela sua morte.

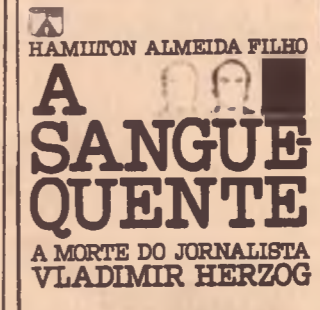
Os depoimentos provaram o uso desses métodos não por uma pessoa, ou contra uma pessoa; não por um dia, ou dois dias. Provaram o uso do método institucionalmente e sistematicamente. Provaram o uso de nomes falsos por agentes do CODI-DOI exatamente para que nunca pudessem ser incriminados, provaram que a falta de formalidades legais, de "habeas corpus", os truques diversos para escamoteamento de responsabilidades, tudo isso faz parte de uma necessidade de ter as mãos livres para torturar.

Assim, o reexame do caso Herzog, consiga ou não cobrar da União sua responsabilidade na morte do jornalista, poderá, eventualmente, abrir caminho a um outro julgamento ainda mais importante, sobre a rotina geral das torturas. Quem as autorizou, as instruiu, as defendeu, apoiou, escondeu e fez praticar. Quem a estimulou por ação - e por omissão. (B.K.)

GERAIS

Assine EM TEMPO!

Nome Profissão.....
Idade.....Endereço Bairro.....
Fone..... Cidade Estado..... CEP.....
End. Comercial Horário..... Fone.....
Estou enviando o cheque nº..... do Banco..... em nome da Editora Aparte S/A.
Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.
Anual Cr\$ 500,00 Semestral Cr\$ 250,00



A SANGUE QUENTE a morte do jornalista Vladimir Herzog por Hamilton Almeida Filho

Relato jornalístico de primeira linha, onde os evidências falam aos olhos e a verdade balança...
Pedidos pelo Rembolsa Postal Refilios Alfa Omega Rua Lisboa, 502 - 05413 - São Paulo - Capital Cr\$ 25,00

EM TEMPO CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Bernardo Kuciniski, Cláudio Câmara, Emílio José, João Batista Mars Guá, Jorge Baptista, Maria Moura, Maria Rita Kehl, Raul Angiada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto e Fausto Brlic (Conselheiro-Presidente) Suplentes: Carlos Tibúrcio, Flávio Andrade, Antonio Spinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini. DIRETORES: Antonio de P. Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres e Tibério Canuto (Diretor-Presidente). Secretário de Redação: Carlos Moreira. Editor-Geral: Jorge Baptista. EDITORIAIS Internacionais: Carlos Tibúrcio (editor), Marlon Frank, Lionel Almeida, Altair Moreira, Maria Cristina Piau, Eliezer Rizzo, José Veiga, Neelamat Berrango Kucinski (editor), Maria Moraes, Eduardo Fernandes, Carlos Severino, Paulo Sérgio, Geraldo Nascimento, Antônio Roberto, Ottoni Fernandes Jr., Benedito Carvalho, Flávia Rezende, José Luiz. Cultura: José Arrabal, Maria Rita Kehl, Sérgio Squinieri (editores), Paulo Nassar, Ethel Leon, Cláudio Camargo, Fátima Diniz, Nadiane Habert, Sérgio Rodrigues, Gilberto Morgado, Edmundo Gomes.

Arts: João Bosco L. Brandão, Paulo Roberto M. Borges, Sérgio L. Papi, Niele Andressa (fotos). Arquivo-Pesquisas: Silvestre Prado, Gilson Andrade, Márcia Albuquerque, Maria Quinteiro, Roberto Peixoto, Celso Lellis. SUCCURSAIS Brasília (S.C.B. - Edifício Maristela, s/1105): Marco Antônio, Marina Juarez, Rita de Cássia; Recife (R. Aníbal Faício, 127 - Fregas): Sérgio de Souza Cecy Prestello, Orlando Mindelo (coordenação); Fred Navarro, Paulo Santos, Rebecca Scaturl, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva Nogueira(administração); Belo Horizonte (R. Bernardo Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe de sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Flaminio Fantini, Flávio Andrade, Henrique Oliveira, João Antônio de Paula, João Machado, Lélis Santos, Maicé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Barcala, Paulo Vilar, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspanan, Virgílio Guimarães, Virginia Pinheiro (redação), Mariza Araújo (administração); Curitiba (R. José Loureiro, s/1203 - Edifício Mauá): Carlos Ruggli, Elza de Oliveira, Reinoldo Arem, Porto Alegre

(Av. Osvaldo Aranna, 1407 - Lapa 20): Ana Barros Pinto, Géron Schirmer, Jandira César, Jorge Garcez, Leônia Menezes, Marcelo Matto, Marcelo Lopes, Paulo Fogaça, Rejane Fernandes; Salvador (Av. 7 de setembro, 202 - s/601): Adelson Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oideck Miranda, Lina Maria; Rio de Janeiro (Rua de Lapa, 200 - s/408): Adauto Moraes, Alan Albuquerque, Antônio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Baia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Ennio Brauns Filho, Fernanda Coelho, Jamir de Menezes, Jorge Ricardo Gonçalves, Lelis Meirelles, Ligia Bahia, Luiz Antônio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Araújo Reis, Margarida Aulran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guinon, Paulo Baia, Paulo César Araújo, Raimundo Teixeira Mendes, Regina Braga, Regina Maria de Abreu, Ricardo Lessa, Sérgio Straglia, Sueli Caldas. ESCRITÓRIOS Vitória (ES): Joaquim Nery, Luiz Rogério Frabno, Pedro José Mansur, Victor Martins; Campinas (SP): Fátima Barbosa, João Roberto Martins Filho, Reinaldo Barros; Aracaju (SE): David Dantas, Fernando Aguiar, Sebastião Figueiredo, Valdomiro Júnior; Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio

de Paula e Rogério Araújo (redação), Daniel Santos, José Saraiva Jr., Vinício Araújo (administração e distribuição); João Pessoa (PB): Aurélio Aquino, Gerardo de Araújo, Manuel Campos; Natal (RN): Cicero Correia, Francisco de Assis. ADMINISTRAÇÃO - (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa de Silva, Edvard Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Arnaldo Ramos de Souza (São Paulo); Adelson Oliveira (Salvador), Arnaldo Afonso Barbosa (Belo Horizonte). Diretor-Responsável: Robinson Ayres. EM TEMPO, uma publicação da Editora Aparte S/A - rua Bernardo Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo-Horizonte). Redação: rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP: 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680. Composto e impresso nas Oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Ltda., rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Telefone: 853-7461. Distribuição: Fernando Chinaglia Distribuidora S/A, rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro - Telefone: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

Constituinte com Euler?

O MDB agora está com a bola. As dissidências militares querem a legenda do partido, exigem — na verdade — essa legenda, para derrotar Figueiredo.

E propõem-se a fazê-lo debaixo de uma bandeira democrática. Mas os setores mais esclarecidos do MDB temem que o partido seja apenas usado, e exigem um compromisso democrático que seria tanto mais firme quanto mais se aproximasse do plano de convocação de uma constituinte, com Euler na chefia do governo provisório.



EDITORIAL

O sentido da greve

Enfim, aconteceu. Os diversos alertas de que mais dias menos dias os trabalhadores não vacilariam em ir à greve por não suportarem mais os 14 anos de arrocho salarial tornaram-se uma realidade. Resultado: 30 mil operários em greve. Não por acaso o movimento grevista foi deflagrado no coração industrial do país — o ABC paulista. Não por acaso ele aconteceu no setor automobilístico, o carro-chefe da economia brasileira e onde se concentra uma das parcelas mais combativas das classe operária. E também não por acaso dirigiu-se, na prática, contra o arrocho, contestando o irrisório aumento de 39% decretado em abril pelo governo e exigindo de seus patrões um novo aumento de 20%.

Estes são alguns dos motivos a preocupar o governo. Mas não os únicos. Sabe ele, e muito bem, que as consequências extrapolam as fábricas paralisadas. O problema não consiste tanto em permitir a concessão dos 20% exigidos. Mas sobretudo no precedente que isto pode implicar, servindo de estímulo para que camadas mais amplas de trabalhadores se entusiasmassem e sigam, posteriormente, o exemplo dos grevistas. Aliás, isto preocupa até mesmo certos empresários que em momentos de arrocho declararam, serem favoráveis ao direito de greve.

Enquanto os empresários do setor fazem ouvido de mercador às legítimas reivindicações dos trabalhadores, o regime aciona os seus mecanismos para intimidar os operários. E o faz considerando a greve como ilegal, apelando para a lei antigreve, que ao longo destes 14 anos tornou-se num dos mais importantes instrumentos para tentar manter os operários sob controle. Como é preciso dourar a pilula, leva o caso para a Justiça de Trabalho — esta bastante eficaz na defesa dos interesses patronais.

Eis a distância entre as palavras e os gestos. Certos empresários poucam de arautos de uma nova relação entre patrões e empregados. Mas na primeira exigência operária, esperneiam porque os seus bolsos são intocáveis. De seu lado, o regime fala em "reformas", em "aprimoramento democrático". Mas, pelo seu comportamento diante da greve do ABC, fica claro o tipo de "democracia" que perseguem. Tudo indica que, de imediato, a classe operária continuará sem o direito de greve, sem sindicatos livres e sem poder se organizar em partidos próprios.

Ao ser deflagrada, a greve colocou um dilema para o regime: reprimir ou não reprimir? Se esta fosse uma simples questão técnica o regime teria logo a resposta: pau nos grevistas. (Os tempos contudo são outros. Dado seu isolamento social e a reanimação do movimento operário — reprimir poderia ser colocar mais lenha na fogueira. Mas não reprimir teria também o seu preço. Os grevistas provaram que em condições favoráveis é possível botar a cabeça do lado de fora sem ser golpeado. Este exemplo não será facilmente esquecido por outras categorias de trabalhadores e o regime passa agora a ser perseguido por um novo fantasma: o de que movimentos de maior proporção eclodam, colocando em xeque o arrocho salarial e o cerceamento ao direito de greve.

Da greve se pode dizer muita coisa. Dizer, por exemplo, que depois da jornada de Contagem e Osasco, em 1968, ela é o acontecimento operário mais importante desta década. Ou que ao redescobrirem esta forma de luta, os grevistas mostraram não ser a lei antigreve um obstáculo intransponível. Eles não só furaram na prática esta lei, como apontaram o caminho capaz de transformá-la em letra morta.

E dizer ainda: ela é um indicio tanto do grau exacerbado a que chegou a exploração dos trabalhadores, quanto do que eles são capazes quando se mobilizam por algo que lhes toca. A greve não surgiu de uma hora para outra nem foi um puro e simples ato de desespero.

Que os céticos reflitam sobre a aparente concatenação do movimento no interior das fábricas e sobre a relativa disciplina existente, dificilmente verificadas em atos de pura rebeldia.

Em certo sentido, o movimento do ABC foi uma resultante de lutas mais remotas e principalmente de outras mais recentes, podendo até ser considerado como prolongamento da luta pela reposição salarial deflagrada no ano passado. Como uma espécie de ensaio, estas ações geraram um sentimento difuso de união e de que só através da luta seria possível os operários reconquistarem o seu poder aquisitivo: criando assim as condições para que a greve se transformasse numa vontade coletiva. Sem falar na influência indyeta que o avanço geral da luta de outros setores contra o regime teve, e tem, no estado de ânimo dos operários.

Sem negar os seus méritos, há que

se fazer as ressalvas para que o movimento grevista não gere, na oposição, um sentimento ufanista. A greve não significou evidentemente a ruptura definitiva da dispersão e atomização das lutas operárias; e apesar de numeroso, o contingente grevista ainda foi relativamente pequeno, se comparado com o conjunto da categoria e com a classe como um todo. A greve aponta também para a necessidade dos trabalhadores transformarem os seus sindicatos, fazendo com que eles sejam de fato seu instrumento e sua casa. Reconquistá-los ou mantê-los é fundamental pois, em confrontos futuros, greves como a do ABC necessitarão mais ainda de sindicatos mais combativos para ter maior chance de vitórias.

E o movimento grevista recoloca, com maior intensidade, algumas questões tanto para as lideranças operárias como para os setores de oposição comprometidos com interesses populares. Sem negar a dinâmica do movimento operário e de seu desenvolvimento próprio, há que se fazer um esforço para uma maior integração entre a luta dos trabalhadores e a dos demais setores opositores. Não resta dúvida de que movimentos similares ao do ABC terão maiores possibilidades de atingir seus objetivos se contar também com um amplo apoio externo, e sem ele fica mais fácil ao regime reprimir os trabalhadores. Não cabe, portanto, por parte das lideranças operárias, um certo temor de se aproximar de outros segmentos opositores. Se este temor é justificável por experiências passadas mal sucedidas, ele tende a ser negativo e pode ser fatal tanto para os operários como para a oposição como um todo.

Por outro lado, salta aos olhos a ausência de iniciativas nas diversas camadas de oposição com vistas a um movimento de peso em solidariedade aos grevistas; criando-se assim a imagem de que a greve fosse algo totalmente paralelo às lutas de outros setores. Para não falar no silêncio do MDB, este um fato quase normal, pois o partido de oposição atua como se a questão operária não existisse. Hoje, a articulação de certos interesses e lutas comuns da classe operária e de outros setores empenhados na luta por melhores condições de vida e trabalho, e contra o regime, é fundamental para a oposição como um todo. A causa da oposição só dará um salto de qualidade quando os trabalhadores se integrarem profundamente a ela, dando-lhe sua perspectiva de classe.

De repente, o partido perseguido nas ruas por cachorros da polícia; o partido barrado no rádio e na televisão pela "Lei Falcão"; o partido dizimado no Congresso pelas cassações de mandatos; enfim, o partido da "oposição consentida", que só é tolerado para que se possa dizer que isto aqui não é uma ditadura como tantas outras — de repente o MDB tem não apenas um general de quatro estrelas para disputar o poder contra os desígnios continuistas do Palácio, mas um general muito especial, o próprio Euler Bentes Monteiro, possivelmente o de maior prestígio atualmente nas Forças Armadas.

A importância de uma eventual candidatura Euler Bentes Monteiro pelo MDB está exatamente no peso de sua personalidade, ainda mais quando comparada à do chefe dos serviços secretos, general João Baptista de Oliveira Figueiredo, de quem o deputado Fernando de Canto, do MDB do Rio Grande do Sul disse, na semana passada, que "seus pronunciamentos revelam o estado de indigência cultural, política e administrativa do atual governo".

Nacionalismo e democracia

Um pouco mais escuro do que manda a brancura geral das elites; um pouco mais pobre do que se deveria esperar de um general de quatro estrelas na reserva, Euler Bentes Monteiro, 61 anos, não é o típico oficial dos quadros que restaram no Exército após os grandes expurgos das correntes progressistas de 1964 em diante. "Minha impressão é a de que a sua linguagem denota uma sensibilidade popular que o afasta do elitismo tradicional", disse a *Em Tempo* o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que já esteve com Euler. O ex-deputado Chico Pinto, que esteve com Euler na última quarta-feira, sentenciou: "O homem é mais democrata do que eu". Mais importante é o que se fala de antigas posições de Euler (já que hoje não faltam democratas no país). Afirma-se, por exemplo, que ele nunca simpatizou com a antiga UDN, o que é quase sempre um bom sintoma de sentimentos democratas. E Severo Gomes, que tem sido o grande articulador de muito do que vem acontecendo no país nos últimos meses, diz que "há muito tempo Euler se convenceu de que para proceder à tão necessária rejeição econômica, é preciso apoio popular". Mais que isso, Euler teria concluído que a questão política ganhou dimensão própria e se tornou mais importante do que qualquer outra questão econômica.

Os pontos programáticos que vinham sendo defendidos até recentemente por Euler eram: (a) expansão do mercado interno; (b) rápida e imediata redistribuição da renda; (c) diminuição dos desequilíbrios regionais; (d) disciplina para o capital estrangeiro. Agora os problemas que um programa desse tipo criaria de imediato, principalmente, para o pagamento do serviço da dívida externa, não se pode dizer nem que ele seja necessariamente incompatível com os interesses do capital estrangeiro — tudo iria depender de a expansão do mercado interno criar ou não condições para uma nova etapa de expansão e acumulação do capital. Além desses pontos, Euler, colocava a "redemocratização," como fundamental.

Euler é tido como "nacionalista" e certamente tem idéias nacionalistas, que no entanto raramente puderam passar pela prova da prática. É fato que as forças nacionalistas do Exército o apóiam, mas

seu prestígio é do tipo que carrega apoio de outros setores também inclusive o de Hugo Abreu, oficializado há algumas semanas. Por outro lado, é sob o pretexto de que "Euler é um homem marcado pelo seu nacionalismo", que o general Ayrton Pereira Tourinho vem oferecendo a sua candidatura, alegando que "se é para ganhar, Euler não serve". Na verdade Euler, com todas essas diferenças, é bem parte do estabelecimento militar, onde tem, por exemplo, como um dos grandes amigos, o antigo general Orlando Geisel, tido como líder da "linha-dura". O próprio Hugo Abreu sempre teve ótimas relações com Euler (mas não o ex-ministro Sylvio Frota). Euler denotará ainda, nas suas conversas, muito das concepções que todo mundo acha que são típicas de militares. Prefere, por exemplo, falar em "pactos sociais", mais do que as "partidos políticos".

Dando a volta por cima

Euler Bentes Monteiro sempre foi um forte candidato à sucessão de Geisel, e não pela oposição. Afirma-se que ele é possuído do raro sentimento da predestinação — de que tem uma determinada tarefa a cumprir. É fato que esperava ser indicado pelo presidente Geisel e que segundo as regras do jogo consagradas, reunia condições, a menos da tal "marca" de nacionalista. Euler e seus seguidores, no entanto, cometeram um erro de avaliação — que depois reconheciam — ao não perceberem o quanto "Geisel já estava envolvido pelo grupo do Palácio e pelo poder das comunidades de informação." Quando Geisel baixou o pacote de abril, Euler criticou a decisão como um "retrocesso." Geisel escutou em silêncio e não o indicou para a presidência da Petrobrás (após a passagem para a reserva) posição natural para a mobilização pela sucessão. Em compensação, de pijamas, talvez movido por aquele sentimento de predestinação, Euler não aceitou nenhum dos muitos convites que recebeu para trabalhar na empresa privada. "Minhas quatro estrelas não estão para alugar," disse numa ocasião. Ora, Euler é um militar que estuda cuidadosamente toda a redondeza de seu universo, todas as variáveis em jogo. Possivelmente, sua decisão, já então, foi tomada em runção do que acabou acontecendo. Foi também calculada a sua recusa em ser vice de Magalhães Pinto. Enquanto Magalhães Pinto acertou no fundamental ao prever o agravamento da crise institucional e o surgimento de dissidências militares, Euler foi mais esperto do que a velha raposa, e acabou por cima, o que deve ter humilhado profundamente o senador — ainda que não tenha ofendido. Daí agora as boas palavras de Euler em direção a Magalhães, tentando recompor, já que para Magalhães não resta mesmo outra saída.

Obviamente, após o relatório de Hugo Abreu, mostrando a extensão do descontentamento no meio militar e avisando que iria sair um candidato qualquer de oposição a Figueiredo, Euler decidiu se apresentar ao país como tal candidato. Esse foi o fato mais importante da semana: Euler Bentes Monteiro apresentou-se como candidato a candidato, dentro de uma plataforma de democratização, e negando, portanto, a propaganda do Palácio de que as reformas de Portella e o governo Figueiredo buscam a democratização. Mais que isso, negando ao governo o velho pretexto das pressões militares pela direita para não abrir. Se essas pressões

ainda existem, muito maiores são aquelas que vêm do outro lado. O governo não abre porque soma com as outras.

Os perigos para o MDB

Das movimentações de Hugo Abreu e do anúncio de Euler resultou a situação nova: todos os personagens, que antes temiam ser aquilo tudo um sonho irrealizável, descobriram que, ao contrário, a idéia da candidatura alternativa conseguiria base militar, podia conseguir uma legenda do MDB e poderia até inaugurar uma nova etapa na vida política do país.

A partir desse instante, mais precisamente, na segunda-feira, com as repercussões da entrevista de Euler, todos os personagens recuaram um pouquinho — para negociar. Magalhães Pinto no domingo disse que renunciaria em favor de Euler mas na terça diz que não renuncia. O próprio Euler, que no domingo assumiu a um amplo compromisso democrático, a favor do Estado de Direito, da anistia e da democracia, na terça-feira ressaltou — sem negar o que dissera antes — a necessidade de atrair armenistas ao projeto e uma certa ansiedade por dar um caráter de "unidade nacional" a sua candidatura. Nessa negociação, o MDB tem a oferecer sua legenda — as facções militares ganharam espaço para a luta dentro dessas regras de jogo e não outras. Em troca, os setores do MDB realmente desejosos de aproveitar o que sem dúvida é uma grande oportunidade de para alcançar o fim do regime, precisam de garantias concretas. Há ainda um razoável espaço entre dois projetos diferentes cabendo na mesma trama. Num extremo o projeto de uma facção militar que se vale da legenda da oposição para executar uma transição em direção a uma forma menos autoritária de governo, — mas não necessariamente uma democracia. E, no outro extremo, um movimento que de fato ponha abaixo o regime autoritário.

Para vários setores do MDB a garantia mais concreta para um projeto democrático seria o compromisso em torno da convocação de uma Constituinte. Essa foi a posição colocada pelo deputado Alberto Goldman, que exigiu também seja o debate amplo em todo o partido. Essa foi também a posição de Fernando Henrique Cardoso, em entrevista a *Em Tempo*, que preferiu, no entanto, colocar a questão como um processo, que já começou bem, pelo compromisso inicial com a democracia do general Euler, e que deve findar num "governo de transição que permita convocar uma Constituinte."

Euler estaria disposto a se comprometer com pontos específicos bem avançados e já se delcarou, a Chico Pinto e Marcos Freire, por exemplo, a favor da anistia ampla e total, "a única que faz sentido". Estaria disposto também a acabar com o "pacote de abril," acabar com as leis de exceção e tudo o mais. A questão é: estaria Euler disposto a assinar embaixo de um compromisso de mandato-tampão e convocação de uma Constituinte, como parece ser a tendência de exigência mínima dentro do MDB?

Tudo indica que sim. Para Euler e os muitos descontentes com a conspiração que levou à nomeação de Figueiredo, só resta aceitar. Ou, no máximo, ampliar o movimento, de tal forma a aproximá-lo muito mais da idéia da "frente pela redemocratização nacional", lançada por Magalhães, e que apenas usaria a legenda do MDB em troca de concessões mas a legenda ainda é do MDB e só dele. (B.K.)



"CANDIDATOS POPULARES"

A arrancada para as urnas

As eleições já começaram. Apesar de ainda distante, o 15 de novembro começa a ser ponto-de-referência da corrida de centenas de candidatos a candidaturas, pois aproximam-se as convenções partidárias, e quem não conseguir legenda fica desde logo riscado do mapa. No MDB, expressando sua diversidade, enquanto único canal parlamentar da oposição, estão cada vez mais ga-

nhando corpo as chamadas **candidaturas populares**. Além de vários nomes já lançados, estas candidaturas se desenvolvem também através da formação de Frentes e Comitês, que hoje se colocam como centros de debate para definição de plataformas eleitorais em vários Estados.

Tudo indica que, desta vez serão exigidas maiores definições do que em 1974 e 76,

pois o ano político revela a coincidência de dois fatores bastante decisivos: a crise do regime e a reafirmação das lutas populares, incluindo a presença significativa de setores do movimento operário. Nesse contexto, aliás, é que deverão ser identificadas as candidaturas populares, tanto em função de objetivos imediatos quanto em relação a propostas de médio-prazo. Como Arena e MDB têm seus

dias (ou meses) contados, o mínimo que se espera dessas articulações é que no processo que correrá daqui até novembro sejam criadas as bases para novas alternativas partidárias e para práticas oposicionistas de fato comprometidas com o movimento de massas. Iniciando o tratamento do assunto, EM TEMPO apresenta um primeiro panorama das articulações em seis Estados:

Rio de Janeiro



De todos os Estados onde a articulação das candidaturas populares vêm sendo feitas, é no Rio de Janeiro que o processo se encontra mais adiantado. Iniciativa de opoionistas interessados numa atividade parlamentar mais combativa, a proposta de constituição de uma Frente Popular Eleitoral reuniu, na sede do MDB, em Niterói, mais de quatrocentas pessoas (ver EM TEMPO N° 4). Das discussões resultou a elaboração de um programa em torno do qual se pretende evitar a dispersão das candidaturas populares, como ocorreu em eleições anteriores. EM TEMPO conversou com alguns dos candidatos que participam da Frente Popular Eleitoral:

Raimundo Teodoro de Oliveira, candidato a deputado federal. Seu depoimento: "Meu programa é o programa da Frente Popular Eleitoral,

tirado na reunião de Niterói. Considero que a questão nacional, a questão democrática e a questão social devem ser abordadas nos termos desse programa. Pretendo colocar o meu mandato parlamentar a serviço do desenvolvimento da organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho e moradia. Por isso vou jogar minha campanha nas portas das fábricas e nos subúrbios, onde até hoje ninguém fez praticamente nada em termos de trabalho eleitoral".

Carlos Augusto Coimbra de Melo, vereador em Niterói, candidata-se à reeleição. É advogado da Federação dos Metalúrgicos e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (entidade sindicais do Estado do Rio). Quanto à plataforma, deseja destacar seis pontos: "(1) A luta por liberdades democráticas, buscando uma vinculação com setores militares. Isto é um ponto importante, pois entendo que os militares não podem ficar aliados do processo de conquista da democracia. (2) Revisão dos atos de exceção. (3) Revisão da atual política econômica. (4) Anistia ampla, geral e irrestrita. (5) Liberdade sindical. (6) Direito de Greve.

Edson Khair, deputado estadual, candidata-se agora a deputado federal. Vem desenvolvendo um trabalho de base em bairros de periferia e favelas, desde que ocorreu em dobradinha com Lysáneas Maciel. "Os pontos principais da minha plataforma, afirmo-nos, serão a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, e a luta pela liberdade sindical, contra a legislação trabalhista de cunho corporativo e contra o imposto sindical. Pois, considero que o grau de democracia de um país se mede pelo grau de liberdade e independência de seus sindicatos". Khair recebe apoio da Convergência Socialista.

Délio dos Santos, deputado estadual. Ainda não se definiu sobre se

sua candidatura será à Assembléia (reeleição), à Câmara Federal, ou numa sublegenda a ser criada - para o Senado. Reafirmando a importância de se destacar na campanha a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita e a luta por melhores condições de vida, afirma também que sua campanha não será "só de denúncias, mas analítica dos problemas dos bairros mais pobres, das comunidades de favelas e da necessidade de uma organização independente, à qual o parlamentar subsidia, sem substituir. "O parlamentar não resolve nada, só pode ajudar".

Eudes Freitas e Raimundo Teixeira Mendes, candidatos a deputado estadual e federal, respectivamente. Pretendem destacar na campanha a luta por uma opção política para os trabalhadores, a luta contra todos os atos de exceção e pelo desmantelamento dos órgãos de repressão. Consideram que o limite imposto pelo regime, na conjuntura atual, é dado pela reorganização partidária. Segundo Eudes, "o mais consequente seria tentarmos unificar um bloco de tendência socialista referenciado, principalmente na luta de massas, isto é, não limitado às imposições, nem do bi-partidarismo vigente, nem da reorganização partidária que vem por aí".

No Rio, a indicação das candidaturas populares não corre risco muito sério, embora a máquina chaguista controle 800 dos 906 votos na Convenção Estadual, onde deverão ser homologados os candidatos do MDB. Os demais votos são controlados principalmente por Amaral Peixoto e Saturnino Braga. Embora sem força no Diretório Regional, algumas candidaturas populares, como Delio dos Santos, Raimundo de Oliveira e Alves de Brito têm possibilidade de eleição.

Pernambuco



De modo semelhante ao que acontece no vizinho Ceará, estão em curso os debates em torno da formação de

uma Frente Eleitoral. Não se conhece ainda um projeto de plataforma deste organismo, mas alguns pontos são tidos como consensuais para começo de conversa: defesa das liberdades democráticas e de melhores condições de vida e trabalho; compromisso com a defesa dos interesses da classe operária.

A novidade, que pode ou não se consumir, é a candidatura do atual deputado federal Jarbas Vasconcelos ao Senado. Jarbas, do grupo autêntico do MDB, um dos primeiros a defender uma Constituição Livre e Soberana, "está sendo pressionado pelas bases mais politizadas do partido para aceitar sua candidatura; mas ele ainda vacila em trocar o tranqüilo mandato de deputado por uma eleição incerta contra Moura Cavalcanti e Cid Sampaio (da Arena)" - diz um observador. Anteriormente, pensava-se em Fernando Lyra para o Senado, mas Lyra sofreu há pouco tempo um enfarte, que limita sua mobilidade na campanha; então ele deverá concorrer apenas à reeleição (tranqüila) para a Câmara Federal.

Para a Assembléia Legislativa do Estado, surgiram já oito nomes que poderão revelar maiores ou menores afinidades com as propostas da Frente Eleitoral: Marcos Cunha, Sérgio Longman, Ruiz Pandolfi, João de Lima, Edson Miranda, Marlos Duarte, Manoel Teodósio e Evandro Cavalcanti. Marcos Cunha tem vitória praticamente assegurada, seguindo-se Sérgio Longman (também com considerável apoio popular).

De outro lado, a radiografia da atual bancada federal do MDB-PE é a seguinte: são cinco deputados, sendo três do grupo autêntico - Jarbas Vasconcelos, Fernando Lyra e Fernando Coelho. Como candidatos, destacam-se agora Roberto Freire (combativo líder da minoria da Assembléia) e Jarbas Vasconcelos (à reeleição, se não vingar sua candidatura ao Senado). Além destes, Fernando Coelho também pleiteará reeleição, e anunciam-se mais dois candidatos alinhados com o grupo autêntico: José Carlos Vasconcelos e Petronilo Santa Cruz. As melhores chances eleitorais são de Jarbas Vasconcelos e Roberto Freire.

Minas Gerais



Em Belo Horizonte articula-se a criação de Comitês Eleitorais de Base, em bairros, fábricas, associações profissionais e escolas, os quais deverão sustentar e dinamizar a campanha dos candidatos que assumirem com promisso com um programa popular. Um dos organizadores deste trabalho, ao recordar as experiências de 74 e 76, explica a EM TEMPO: "Hoje quase ninguém mais defende o voto nulo, todos parecem achar importante parti-

cipar do processo eleitoral, ficando a divergência localizada no seguinte: se o momento é de consolidação de uma frente popular de contornos liberais-democráticos, ou se se coloca a questão socialista na ordem do dia, buscando diferenciar a oposição socialista no bloco dos setores que hoje lutam por liberdades democráticas".

Embora os debates sobre o sentido da participação estejam já adiantados, reunindo grande número de interessados, são poucos os nomes que se apresentaram até agora e que podem ser identificados como "candidatos de um programa popular", ou simplesmente como "autênticos". Para a Câmara Federal, nesta categoria, existem apenas dois postulantes: José Edgard Amorim, ex-bancário, ex-sindicalista, ex-militante da Ação Católica, hoje advogado e professor da UFMG; e (visando a reeleição) Tarcísio Delgado, advogado, ex-vereador em Juiz de Fora e ex-deputado estadual. Para a Assembléia do Estado, também dois nomes: Romam de Araújo Abreu, ex-bancário e atual Inspetor do Trabalho; e Cássio Gonçalves, ex-líder estudantil, ex-advogado do Sindicato dos Metalúrgicos, hoje professor. As previsões são de que Edgard Amorim e Tarcísio Delgado têm amplas possibilidades de vitória no próximo 15 de novembro, mas Romam e Cássio precisam ainda de maior força.

Embora a quantidade reduzida de candidatos a candidaturas não seja um problema em si, pois isto pode ser fruto de uma seleção prévia, no caso de Belo Horizonte e mesmo de Minas Gerais, o fato de serem poucos - que ora se dispõem a se lançar no compromisso com uma plataforma popular, via MDB, tem bastante a ver com a própria situação do MDB mineiro. Dominado, praticamente monopolizado, pelo adesismo e a moderação, o partido de oposição não tem - de fato - oferecido o menor incentivo aos que se propõem a uma prática oposicionista mais combativa e consequente. Entre todos os atuais deputados estaduais e federais mineiros, somente um - Tarcísio Delgado - integra o time (desorganizado) dos "autênticos", e somente um - o federal Genival Tourinho - poderia ser classificado como simpatizante deste time.

De qualquer modo, espera-se que depois de novembro seja ampliada a corrente dos parlamentares afinados com a plataforma popular, e que sejam também melhor definidos os seus rumos, incluindo a marcação das diferenças entre seus integrantes. Analisando o desdobramento da campanha, Edgard Amorim afirma que "se as candidaturas populares que ora se apresentam se fortalecerem, elas já contribuiriam para modificar o próprio MDB, bem como para solidificar o embrião de um novo partido".

São Paulo



A formação de uma Frente Popular Eleitoral só deverá assumir contornos mais nítidos após a Convenção Estadual do MDB. No entanto, por iniciativa do Diretório Distrital do MDB da Bela Vista, e com o apoio de vários diretórios da capital e do interior, a proposta de constituição de uma frente de candidaturas populares vem sendo amplamente discutida. Após duas reuniões realizadas na Câmara Municipal de São Paulo, a possibilidade dos candidatos popula-

res se apresentarem sob um mesmo programa é bastante grande. Se bem que ainda não exista um consenso quanto ao programa das candidaturas populares, vários participantes da Frente Eleitoral consideram que ele tem de refletir o avanço das lutas pelas liberdades democráticas, que têm no regime militar o principal obstáculo a sua concretização.

Refletindo ainda algumas dificuldades para superar a dispersão existente na própria oposição popular em São Paulo, os próprios participantes da Frente Eleitoral têm procurado adiar o estabelecimento de um programa definitivo, que permita no curso do debate ampliar a própria Frente. Desde já, no entanto, alguns nomes se destacam em termos de candidaturas populares:

Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, pretende disputar uma sublegenda como candidato a Senador. Na sua opinião, o MDB deve abrir o leque de participação nas próximas eleições. As candidaturas populares não devem ser vistas simplesmente pela origem social do candidato (embora considere que deva existir candidatos de origem popular), mas principalmente pela identificação do candidato com os interesses populares, que hoje se expressam na luta por melhores condições de vida e por liberdades democráticas mais amplas. Desse ponto de vista considera sua candidatura como uma expressão desses interesses.

Airton Soares, deputado federal, candidato à reeleição. No editorial do

primeiro número do jornal do Diretório da Bela Vista, do qual é presidente, afirma: "Nossa preocupação no momento está voltada para a necessidade de se somar todos os setores de oposição numa frente eleitoral que defenda os interesses populares... para que o governo seja derrotado - mais uma vez, retirando-lhe principalmente a maioria no Congresso Nacional, ao mesmo tempo que se reforça os trabalhos setoriais".

Marco Aurélio Ribeiro, advogado, foi candidato a vereador em 1976, disputa um lugar entre os 156 candidatos a Deputado Estadual que o MDB deverá lançar. Para Marco Aurélio, participar do processo eleitoral hoje significa estar "comprometido com a mobilização popular".

Alberto Goldman, deputado estadual, candidato a Deputado Federal. Como participante das discussões em torno da constituição da Frente Eleitoral tem defendido que o programa deverá expressar por um lado os interesses populares, mas deve ser também o suficientemente amplo para poder atrair o conjunto do MDB. Com Antonio Resqui, secretário da Prefeitura de Osasco, e candidato a deputado estadual, Goldman deverá constituir uma "dobradinha" que desde já conta com apoio em alguns diretórios da capital e do interior.

Além destes nomes, alguns outros se destacam com boas chances de serem eleitos. Entre eles o de Fernando Moraes, vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas, que disputa uma vaga para deputado estadual.

Ceará



Em Fortaleza, sobretudo nas últimas semanas, estão em andamento conversações visando a formação do Comitê de Frente Eleitoral, que apoiará candidatos da chamada "oposição autêntica". Estão na praça vários candidatos, alguns bastante conhecidos em setores da oposição cearense; mas até a última semana nenhum deles havia apresentado seu programa de modo mais amarrado.

O já deputado Paes de Andrade, mais Iranildo Pereira - atual secretário do Instituto de Estudos Políticos e Sociais, IEPES-MDB - e o advogado Edgard Cartacho: são estes os nomes cogitados pelo futuro Comitê para a Câmara Federal. Para a Assembléia Legislativa, pelo menos quatro candidaturas estão na ordem do dia: Fausto Arruda (que se lança à reeleição, fazendo dobradinha com Paes de Andrade), o atual vereador Bianor de Fontenele, a professora Maria Luiza Fontenele (do Movimento Feminino

mas também porque tenha um programa para o trabalhador.

mas também porque tenha um programa para o trabalhador.

mas também porque tenha um programa para o trabalhador.

mas também porque tenha um programa para o trabalhador.

Rio G. do Sul



As diversas tendências do MDB estão intensificando suas discussões para definir programas e lançar candidatos às eleições parlamentares de novembro. Dentro do partido fica patente a divisão entre os setores que consideram o atual programa do MDB suficiente para orientar o lançamento de candidatos e aquelas que o consideram superado e exigem sua revisão, de forma que atenda as necessidades do avanço da organização das forças populares.

nião, com a participação dos candidatos mais consequentes do MDB, para discutir e formalizar uma proposta unificada dos candidatos da ala esquerda da oposição gaúcha.

Para José Carlos de Oliveira, presidente do Setor Jovem, o ponto de partida dessa discussão deve ser o programa para a formação de uma Tendência Socialista do MDB, já formulada em janeiro passado. São os seguintes os pontos principais deste programa: estatização dos setores básicos da economia e nacionalização das empresas estrangeiras; estatização de todos os serviços básicos da sociedade (transporte coletivo, educação, hospitais); solução da questão agrária, fundamentalmente através da coletivização e cooperativização da terra.

José Carlos de Oliveira lembra que esse programa inclui ainda a luta pela liberdade de expressão e organização para qualquer partido político e associação de classe, garantia total do direito de greve, extinção da lei trabalhista que atrela a organização sindical ao Estado, Anistia ampla e irrestrita, fim dos atos ditatoriais e convocação de uma Assembléia Constituinte.

O presidente do Setor Jovem esclareceu que "o lançamento de um candidato que defenda este programa dependerá das discussões mantidas com os candidatos que, atualmente, estão defendendo as posições mais combativas".

Uma outra candidatura popular que desponta nos quadros do MDB

gaúcho, é a do sociólogo André Forster, secretário executivo do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais, IEPES, do MDB. Ele disputará a indicação para deputado estadual. Desde fevereiro, Forster está discutindo com trabalhadores, estudantes e profissionais liberais, com a finalidade de definir seu programa, que deverá ser divulgado na próxima semana.

Esse programa, na opinião do candidato, implica na superação de uma crítica ou denúncia da conjuntura política e na extensão da crítica à estrutura de dominação política e econômica, cuja "transformação precisa ser viabilizada e posta como horizonte de nossa luta política". Forster prossegue afirmando que, ao indicar a questão da transformação estrutural, aponta na direção do socialismo. Lembra de um balanço de forças que garantisse sua viabilidade. Não sendo esta a realidade atual, acrescentou que a questão de um programa socialista não deve ser colocada imediatamente.

Nesse caso, conclui Forster, o trabalho prioritário no momento é o de levantar questões que radicalizem democraticamente, como chamamento para a organização de bases populares e setores progressistas. Dentre essas questões está a das liberdades democráticas que, inicialmente devem ser específicas, entre as quais colocam-se: liberdade sindical e autonomia; liberdade de organização de partidos políticos; direito de greve; fim dos atos de exceção; liberdade de imprensa; anistia ampla e irrestrita.

"Se a escolha é entre os dois ..."

Falam dois líderes sindicais: o gaúcho João Paulo Marques e o mineiro João Paulo Vasconcelos.

João Paulo Marques, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Porto Alegre (RS), e João Paulo Pires Vasconcelos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG), expõem aqui suas idéias sobre as eleições e o MDB.

MARQUES - Todos sabem: só existe Arena e MDB. A escolha é entre os dois. A Arena simboliza a opressão. O MDB contesta a opressão, mas não contesta do ponto de vista dos trabalhadores. O desentacão é grande entre os trabalhadores. O MDB é incapaz de se posicionar nas questões atuais que envolvem os interesses dos trabalhadores, como, por exemplo, toda a legislação sindical que impede a autonomia e a liberdade sindical; como, por exemplo, sobre estes mons-

tro que são os anteprojetos de lei sobre o trabalho da mulher e o trabalho do menor; como, por exemplo, sobre o direito real de greve e assim por diante. Não defende e nunca defendeu porque embora o seu caráter de frente social, é um partido da burguesia. E a burguesia, é óbvio, não pode defender os interesses dos trabalhadores. Seria o seu suicídio.

Veja: hoje discute-se o novo sindicalismo. E o MDB nem mesmo toma conhecimento de um debate tão importante como este. É claro que o MDB na atual conjuntura sustenta bandeiras que apoiamos firmemente, como a redemocratização, a Anistia, a Assembléia Constituinte, embora o faça com timidez. O MDB vai ganhar eleições porque contesta a situação atual,

mas não porque tenha um programa para o trabalhador.

VASCONCELOS - O MDB é um amontoado de políticos de várias tendências. O bipartidarismo é o responsável por isto. A massa vai votar no MDB, não porque se identifique com os seus políticos, mas porque a insatisfação geral é com a situação e o canalizador do protesto popular será o MDB - único partido de oposição existente. Então, se a escolha é entre os dois partidos, a saída é MDB. As bandeiras que hoje mais sensibilizam a classe trabalhadora são: melhores condições de vida e trabalho, liberdade de associação, de reunião e reivindicação. Isso o trabalhador sente na pele, pois as garantias hoje, até mesmo no trabalho, são muito poucas".

As greves, na intimidade.

Quase trinta mil operários paralisaram as máquinas na última semana na indústria automobilística de São Bernardo do Campo. A exigência: aumento de salário.

É o movimento grevista mais importante desde os episódios de Osasco e Contagem em 1968. Nossos repórteres procuraram conhecê-lo por dentro.

Um relato que revela a criatividade dos trabalhadores e as suas novas formas de luta.

Como todos os dias, a placa azul de acrílico afixada no portão de entrada do prédio comprido de tijolos à vista da fábrica Saab-Scania em São Bernardo do Campo advertia: "Tenha um bom dia sem acidentes". Tudo aparentava estar em ordem, quando o gerente de produção chegou ao serviço sexta-feira, dia 11, por volta de 7h30m, menos um detalhe. Havia muito silêncio.

Da boca dos operários, o gerente ouviu esta notícia: "É greve. Queremos aumento de 20% no salário". Estava eclodindo o mais surpreendente movimento reivindicatório da classe trabalhadora dos dez últimos anos. Quase 2000 empregados da linha de produção chegaram pouco antes das 7h, picaram os cartões de ponto, dirigiram-se às suas seções, mas não ligaram as máquinas. Começou na fábrica A, onde ficam a usinagem, ferramentaria, manutenção e protótipo. Logo, ganhou a fábrica B, que abrange controle, pintura e lato. Somente não aderiram os funcionários do escritório, da cozinha e da vigilância.

De tardinha, ao encerrar o expediente, um dos operários que deixava a fábrica explicou a origem do movimento: "Pro patrão a máquina é importante. Mas nós queremos mostrar pra eles que nós temos força. Que a máquina humana também é importante. O governo estipulou 41% de aumento sobre o salário mínimo. A indústria automobilística recebeu só 39%. Nós já tínhamos conseguido antecipação de 5% em novembro e 10% em janeiro, sobre o salário que ganhávamos na época. Quando veio o aumento de 39% eles descontaram os 15%. A gente falou que não trabalhava. Ficamos sentados por aí".

Muito temerosos em conversar com a imprensa, os trabalhadores pediam na saída da Scania para não serem fotografados e se recusavam a falar nas câmaras de televisão ou a dar seus nomes. Desacostumados há 14 anos com este tipo de manifestação que ensaiavam, os próprios atores pareciam às vezes meio desconcertados, como um operário do setor de controle, que depois de muita insistência deu este



DIÁRIO DO GRANDE ABC

depoimento: "Existe diferença entre paralisação e greve. Eu creio que a greve é aquela que todo mundo pára e vai pro pátio, se reúne todo mundo lá e fica fora da firma. Eu considero greve uma coisa ampla, total, onde a gente tem liberdade de expressão e na parada não temos liberdade de expressão. Apenas paramos e podemos cruzar os braços e esperar que alguma coisa se resolva.

Na greve a gente se expressa. Uma coisa que a gente falou com o pessoal era pra não fazer baderna, não quebrar coisa alguma, as ferramentas".

Um outro depoimento mostra a existência de alguma iniciativa preliminar: "Eu creio que 60 a 70% parou porque os outros pararam. Eu

achei muito apático porque eles chegaram pra mim e disseram: olha, você senta e fica parado. Isso foi de manhã. Entramos às 7 h, tomamos um café e fomos falando vamos parar, vamos parar, foi conscientizando o pessoal. Foi tudo bem. Tomamos o café e paramos. O chefe veio e viu que tava parado, mas não chegou pra dizer que a gente tinha que trabalhar não. E não houve distúrbio porque a chefia tomou uma atitude estranha. Porque eles agiram assim, porque não pressionaram a turma? Porque alguma coisa há atrás disso. Que eu não sei explicar."

Convocado pela Scania, ainda na parte da manhã, o representante do Ministério do Trabalho em São

Bernardo, Guaracy Horta, reuniu-se com os diretores e depois esteve com os grevistas, a quem dirigiu um pedido de que voltassem ao trabalho. Um ferramenteiro descreve o desdobramento: "Quando houve o diálogo, que o representante do Ministério esteve lá, cada encarregado de setor reuniu sua turma e falou - olha gente, vocês vão trabalhar; já foi resolvido, os representantes estão dialogando sobre o que vai ser feito; então fica ao dispor de vocês; falou ele. A gente então falou - bom, trabalhar a gente não vai porque a gente quer ver alguma coisa oficializada aí no quadro. A turma não trabalhou mesmo. Teve cara que começou a trabalhar mas depois o próprio encarregado chegou

lá e falou pra ele não trabalhar que ia se dar mal."

Um diretor do Sindicato de São Bernardo, funcionário há quatro anos e meio na Scania, Gilson Luiz Correia de Menezes, revelou que o descontentamento começou no dia 10, quando saiu o pagamento.

"Notou-se que o reajuste de 39% não resolveu os problemas e os funcionários subiram até o Departamento de Pessoal. Além de tudo, o pagamento veio com 232 horas e não com 240, como é comum, pois o mês de abril começou no sábado e perdemos um dia". O dirigente sindical contou que os operários concluíram que não adiantaria dialogar. "Foi rápido. Discutiu-se e a saída encontrada foi a paralisação".

A greve dos 9.500 operários que estourou segunda-feira na Ford foi decidida dentro do banheiro na hora do almoço, revelou um dos trabalhadores daquela empresa, entrevistado por EM TEMPO no burburinho formado no final do expediente no local de embarque dos ônibus. Ele adiantou que na paralisação do turno da noite seria decisiva a atuação dos que ficaram para fazer hora extra.

O mecanismo utilizado na Ford foi semelhante ao da Scania. Um dos empregados da usinagem relata, emocionado o que se passou: "Na parte da manhã todo mundo trabalhou normalmente, no meio do maior zum-zum, por causa da greve da Scania. Depois do horário do almoço, por volta de uma hora da tarde, ninguém fez mais nada.

Pararam a ferramentaria, a inspeção, a usinagem, a estamparia, quem voltou do almoço não tocou nas máquinas. Geralmente ficava uns dois conversando. Mas se evitou fazer rodinhas. Cada um ficou na sua máquina. Parou sem bagunça. A segurança da fábrica nem foi na minha seção. Ninguém foi amolar. Maior beleza é o silêncio. O único barulho que escutava é o da mangueira de ar comprimido".

Estes mesmos instantes foram descritos por outro metalúrgico assim: "Após o apito da 12h30m teve uns dois que ligaram as máquinas. Mas viram que não dava para continuar. Se eles continuassem a gente dava um pau neles. Quase chorei quando não ouvi barulho nenhum. Foi bonito: só a união pode levar à melhoria das nossas condições. Lá na manutenção nenhum saiu da seção. Quanto menos andasse pela fábrica era melhor. No banheiro teve comentários. Desde sábado que estava se sentindo alguma coisa. Eu não esperava que fosse tão repentina. No rádio alguém escutou que todo o ABC ia parar. Isso animou".

A criatividade aparece também nas formas de comunicação descobertas, como mostra outro entrevista-



DIÁRIO DO GRANDE ABC

tado: "Teve gente que pregou recorte de jornal no banheiro, sobre as outras greves, mas todo mundo sabia que tinha que agir friamente, sem bagunça. Tinha recorte inflamando o pessoal a parar. Uma frase escrita no banheiro dizia assim - Peão você quer ganhar mais? Então pare as máquinas!".

A boa vontade da Ford, através do Departamento de Relações do Trabalho, foi recusada. "Eles procuravam a gente para ver se alguém tomava a iniciativa de uma comissão. Mas uma comissão logo ia ser pressionada. Então não fizemos nenhuma. A gente só ia se fosse em massa", lembra um dos milhares de grevistas.

A própria assessoria de imprensa da empresa confirmou a greve, desencadeada "pacífica e disciplinadamente", com início na fábrica de motores, sendo seguida pela tapeçaria, ferramentaria, usinagem, estamparia e funilaria.

Na Ford, estas eram as reivindicações: aumento dos salários; melhor alimentação no almoço fornecido pela empresa; melhor atendimento médico e volta do custo dos transportes aos níveis de novembro, que era de Cr\$ 80, passou para Cr\$ 110 e agora já está em Cr\$ 150. Comentário de outro entrevistado:

"A conversa que corria era sobre quem seria o culpado. O governo ou a firma. Foi dos assuntos mais comentados. E depois, quem ia ficar com o pepino, se era um ou outro. Se o governo ia dizer que o problema era da firma, ou se a firma ia dizer que o problema era do governo".

Desde o dia 4 de maio, os operários da Ford vinham fazendo pequenas ensaios, com paralisações curtas de menos de meia hora em algumas seções, com objetivo de formar comissões para discutir com a gerência industrial um reajuste de 15% ou não-desconto das antecipações salariais de 10% em novembro e 5% em fevereiro. No dia 4, 200 assalariados da ferramentaria, no dia 10, mais 100 da estamparia, e dois outros movimentos menores, prepararam o terreno. Nestes casos, a própria chefia escolhia comissões de até oito operários para conversar com o advogado da empresa, "que prometeu consultar as outras firmas da região, para conhecer os salários delas, e caso estivesse pagando menos, iria dar um aumento pra gente", segundo a narração de um empregado da Ford. O critério para indicação como membro da comissão, segundo mesma fonte, era escolher "aqueles mais saídos, mais quentes" entre os operários, isto é, com maior espírito de liderança.

Na segunda feira, o número de grevistas chegou a oito mil, atingindo as fábricas de caminhão e automóveis, e mais 1500, da fábrica de tratores, no dia seguinte.

Inconformada com a paralisação e recusando-se a conversar ou buscar qualquer acordo com os operários, a diretoria da Ford, considerada pelos dirigentes sindicais como "a mais intransigente", começou a pressionar os grevistas de duas formas. Primeiro ligaram as prensas, as linhas de montagem, e obrigando os funcionários, principalmente aqueles com pouco tempo de admissão, a assumirem novamente o trabalho. Depois, divulgaram um comunicado "convidando" o pessoal a retornar às suas funções.

Com o título de "Aviso aos empregados", a Ford dizia: "Como é de conhecimento geral, esta companhia tem procurado oferecer aos seus empregados as melhores condições de trabalho. A sua intenção é de manter essa diretriz, mas sempre em estrita observância às leis vigentes. Por isto, causou-lhe grande surpresa, o movimento desencadeado nesta fábrica, tendente a formar reivindicações sem observância das formalidades em vigor. Sendo manifesta a ilegalidade do referido movimento, a companhia convida os seus empregados a reassumir suas funções de forma ordeira e habitual".

Essa tentativa de forçar os operários a sustar a greve, no entanto, foi frustrada e causou algum tumulto.

Segundo os funcionários, os que se sujeitaram a manejar as máquinas geralmente tinham pouco tempo de admissão, alguns apenas três dias de trabalho. Um desses novatos, por exemplo, estava seguindo as ordens de um dos chefes e começava a descarregar um caminhão, quando uma turma subiu até a empilhadeira, local onde se encontrava, e derrubou-o. Vários casos como este ocorreram durante todo o dia de quarta-feira, conforme relatos colhidos junto a outros empregados.

A fábrica Mercedes Benz é lembrada por um sindicalista como a pioneira desse movimento grevista, pois, há cerca de um mês, 800 operários chegaram a parar em várias seções diferentes, pelo menos duas horas em cada. Eles não recebiam o aumento proporcional que a firma dá todos os anos. Insatisfeitos, chegaram a discutir com seus chefes, pois, conforme alegaram, muitos estavam dependendo desse aumento, como complementação do salário. No primeiro dia de paralisação, a Mercedes demitiu um funcionário, em seguida mais três, e posteriormente o número chegou a 17, pelo fato de terem participado ativamente. Para exercer maior controle da situação, os chefes de seção começaram a chamar os operários um por um. E ameaçava-os com demissão, caso não voltassem "ordeiramente para o trabalho". Quatro assembleias foram realizadas no sindicato, na época.

Mesmo com este clima ainda fresco na memória, na manhã da última terça-feira, a greve começou a contagiar a Mercedes Benz. Ferramentaria e Manutenção, com cerca de 800 operários, pararam. "Não dava para interromper bruscamente, pois senão a gente podia ficar marcado. Então fizemos uma operação tartaruga, que aos poucos ia ficando cada vez mais lenta, até parar de vez, com naturalidade", explica um dos presentes.

Na segunda-feira, talvez antevendo já o movimento, a direção da Mercedes distribuiu um comunicado às chefias de seção, prometendo a aplicação de uma nova tabela salarial para os empregados horistas e a aplicação de novos intervalos para as revisões salariais. Um emissário da firma frisou que "é preciso cuidado na interpretação desse comunicado, pois revisão salarial não é sinônimo de concessão de aumento. Os salários serão reesturados três vezes ao ano, à luz do mercado de trabalho e do custo de vida. Isto não significa contudo, que todos eles serão reajustados". A medida não conseguiu amortecer o impulso grevista. Quarta-feira, por algumas horas a paralisação subiu espantosamente para o número de dez mil trabalhadores. Foi o suficiente para forçar o primeiro recuo dos empresários - numa reunião com o Sindicato dos Metalúrgicos, a Mercedes propôs um aumento de 15%, concedido de três vezes, sendo a última parcela em março de 1979. Numa reunião no restaurante da fábrica, entre o sindicato e 300 operários, foi transmitida a concessão parcial da firma. Inicialmente irredutíveis na exigência de 20% de aumento, os grevistas depois mostraram uma contraposta - três parcelas de 5% em junho, outubro e fevereiro de 1979.

No dia da greve, a conduta dos chefes foi essa, segundo Gilson: "Eles ficaram perdidos. Não esperavam pela greve e utilizaram todos os meios para coagir os colegas e iniciar o trabalho, mas antes do almoço desistiram e acabaram aderindo ao movimento".

Os 500 empregados do turno da noite seguiram o mesmo caminho da paralisação. E os motoristas que fazem o transporte de ônibus da Scania receberam aviso de que naquele fim de semana não precisava buscar ninguém para fazer hora-extra.

Na terça-feira, logo no início do expediente os grevistas fizeram reunião com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio da Silva, o Lula. Decidiram voltar ao trabalho e fixar um prazo de quatro dias, até sexta-feira, às 15 h para que a direção da Scania aceite quatro reivindicações: aumento de 20% para quem ganha até 10 salários mínimos; que não sejam descontados os dois dias da paralisação; redução do horário noturno e equiparação salarial para acabar com disparidades nas mesmas funções.

Quase dois mil trabalhadores participaram da assembleia, marcada no dia anterior. Nenhum representante da direção da empresa estava presente. Lula usou um megafone para se fazer ouvir e expôs a disposição da empresa em estudar as reivindicações e conceder resposta até o dia 22, segunda-feira. O prazo não foi aceito. Quatro foram os oradores. Além do Lula, e do advogado do sindicato, dois trabalhadores da firma falaram, um deles longamente e foi aplaudido. Houve unanimidade na aprovação do encaminhamento, como demonstraram as mãos levantadas na hora da votação, segundo relatou depois Lula à imprensa. Na entrevista coletiva que concedeu na sede do sindicato ele chamou a atenção para a situação daquela empresa: "A Scania é hoje em termos sindicais a empresa mais politizada. Porque há lá um trabalho muito sério. É uma empresa que tem o maior percentual de associados".

Na Volkswagen, a parada provocou um pequeno pânico nos membros da direção, conforme relata uma funcionária: "Eles ficaram apavorados quando perceberam o início da paralisação. De repente um dos diretores perto de mim, ouviu alguém gritar que o setor tal também parou; então ele saiu correndo, tropeçou na mesa, esbarrou na porta, ficou totalmente desorientado. Ele pensou que fosse o setor da pintura; a Volks está até o pescoço com problemas, se atrasar a produção um juquinho eles estão perdidos".

Esta declaração é confirmada pela presteza com que a firma alemã agiu. Na noite de terça-feira a ferramentaria começou a greve, com adesão de 1100. "A ferramentaria é muito especializada e é a que exige mais estudo, por isso pôde ser a cabeça do movimento", conta um operário de lá. Na troca de turnos, houve continuidade - quem entrou às 6h30m ficou parado até às 11h30m. Na hora do almoço, as seções de Fiação e Modelação seguiram o mesmo rumo. Já eram quatro mil. Pouco antes, às 9h30m, a diretoria de Relações Industriais temendo uma paralisação mais ampla buscou conversação com os operários. O gerente da ala mecânica, sr. Elkamayer convocou uma reunião com os representantes de diversas seções e anotou suas reivindicações: reajuste imediato de 20% no salário, reestruturação das faixas salariais, salário móvel, isto é, reajuste trimestral. Entrevistado na porta da empresa, um ferramenteiro resumiu: "a Volks está com a capacidade de produção totalmente comprometida, e os prazos para entrega já estão atrasados". A reunião encerrou-se mediante a promessa da empresa de dar resposta até sexta-feira, às 14h. (Depoimentos a Flávia Rezende, Flaminio Fantini, Prado Jr. e Maria Teresa Rios)

O EVANGELHO SEGUNDO ZEBEDEU
DE CÉSAR VIEIRA
PRÊMIO ANCHIETA 77

Direção — Laura Regina
Músicas — Vitor Bortoluci Jr.
Sábados: 21 horas
Domingos: 20 horas
Circos dos Bancários
Av. Voluntários da Pátria, nº 547
(Perto da estação Tietê do Metrô)
Santana
TESB
Teatro do Sindicato dos Bancários

Se você pensa que nós fomos embora.
Nós enganamos vocês;
fingimos que fomos e voltamos... (Adoniram Barbosa)

Ói nós aqui outra vez

Pelas fábricas - como uma gripe - a greve se alastrou. Primeiro parou a Scania, depois a Ford e a Mercedes, depois a Volks... A rotina cotidiana operária se altera. Rompe-se com velhos hábitos e costumes. Brota espontânea a possibilidade de novos gestos e atitudes: não trabalhar, ficar ali parado e quieto em frente à máquina, por 20% de aumento.

"Mas foi bonita a parada... me arripiô, que parecia que ia sair os fios dos cabelos do braço. E parô... parô mesmo rapaz!!!"

Um ar de sucesso enche as caras e substitui as reações iniciais de surpresa e susto. A força dos músculos onde o trabalho espremeu uma cor azul viril e bonita... Os mesmos músculos que acionam máquinas estão agora retesados apontando noutra direção: 20%! Os apelos abstratos pela "união" se fundem em reivindicações concretas acompanhadas de ação: paralisar! O sentimento de segurança, de confiança, de combatividade se manifesta concreto, compacto, tão real como a realidade das máquinas que se poderia tocá-lo. A força aprisionada, reprimida dentro e fora das fábricas se libera. A greve mostra a cara e reina. Sua presença ocupa as conversas, preenche os olhares. Invade os bares próximos e neles se mistura com bebida, futebol e reclamações. Dá volta, ronda pelos portões, envolve chaves e tornos, contamina...

A CLASSE OPERÁRIA EM CENA COMO UM GRANDE TOURO NEGRO OUSANDO MOSTRAR A POTÊNCIA DE SUA FORÇA

A presença da greve se faz sentir. Está lá, no estacionamento vazio da Ford, em seus portões abertos por onde ninguém entra. Está ali, na voz áspera do gerente da Mercedes que irado dobra o jornal e nega: "A Mercedes não está em greve!". Está aqui, na voz nervosa do representante do sindicato: "A greve pegou a gente de surpresa!"

No curso supletivo mantido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema o clima é agitado. A greve rouba o começo das aulas. Os alunos - geralmente operários e operárias da região - trocam informações:

- Virgê! E todo mundo topô? Todo mundo parô!?

- Jôia!

- Foi a gente lá na Scania é quem começou!

Parou. Parô. Parar. A palavra se repete. Pula nas bocas. Entra nas salas, vai aos banheiros, toma café nos balcões e todos, mesmo sem saber direito no que tudo isso vai dar, se indagam quem mais parô ou vai parar.

"Como a fábrica parou? Através de sinais e gestos é assim que vai parando... Se o companheiro da máquina do lado não liga a sua máquina, você também não liga. Na Scania teve uma hora, de manhã, que alguns ligaram, puseram as máquinas prá funcionar, daí os outros seguiram e todo mundo começou a trabalhar. No banheiro mesmo, trocamos informação e resolvemos que era prá parar e foi tudo de novo parando. É claro que tem sempre uns que não param, nesses é chuva de parafuso nele... Lá na Ford, os chefes tão fazendo os mais novos, de 20 dias, um mês, tocar a máquina. Eles ligam ela e põem o peão novo prá trabalhar, quando o bicho é medroso e aceita, os mais velhos se reúnem e vão lá nele..."

"NÃO ESTAMOS SOZINHOS..."

"A FORD PARÔ!"

"Uma seção pára e grita: estamos parando! Daí fica um olhando o outro... diante da máquina... vai devagar e pára..."

"Hoje lá na Ford a segurança sempre é fardada apareceu toda vestida de macacão. O pessoal da ferramentaria falou se eles entrarem lá de macacão vão levar porrada!"

"Na Volks começaram de novo com aquele negócio de distribuir fichas prá sorteio de carro e TVs.



Prá cada ano de serviço, uma ficha, além dos Cr\$ 600,00 que vão dar no dia do aniversário da empresa..."

E cada um que fala, fala sorrindo, estranhando talvez esse "atrevimento", esse desafio. As horas se grudam. A surpresa com as notícias diminui pois a imaginação corre solta e já constrói a possibilidade de uma greve geral. A sensação entre todos é de se estar medindo a força que se tem.

"Se esse monstro aí em frente parar (aponta a Volks) a roseira balança... ah, se balança..."

"Há dois anos, quando a Ferramentaria da Volks tentou parar, os alemães chamaram o DOPS. Eles, com cachorro e metalhadoras andavam de um lado pro outro dentro do setor. Não

deu... quem tentasse parar levava bordoadas. Agora não... agora é diferente... agora dá! Mas tem que parar a fábrica toda, a produção. Na Ford foi assim, parou a produção, o resto parou!"

"Um oceano de fenômenos eternamente novos..." é isso que a greve provocou e provoca. Entendê-los e dar a eles respostas organizadas é um outro oceano maior ainda e sem muitas respostas. A disposição de continuar a briga não deixou dúvidas: "Se a Ford não deixar fazer a assembleia lá dentro, vamos continuar parados. É 20% de aumento! Diminuir o preço da condução e a alimentação? Aquilo não é comida, é perfeita lavagem prá porco!"

VOLTAR À ROTINA?
Ainda que sendo uma greve nascida principalmente de entusiasmo,

deu ânimo novo à combatividade dos trabalhadores. Lançou à frente, dando contornos mais precisos à consciência de classe e de sua situação atual.

"A firma tá lá juntando dinheiro a rodo e nós não leva nada!? O que? Se o pessoal tem medo? Parece que não. Parou tudo de uma vez! Se mandarem todo mundo embora a coisa encrespa mais. Eles podem amanhã, por medo de nós, fechar os portões e não deixar ninguém entrar!"

Se a grande tônica da greve foi dada pelo impulso espontâneo, os trabalhadores de São Bernardo provaram de novo o gosto, sentiram o prazer de fazer de suas vontades - fatos. Descobriram que a melhor forma de lutar pelo direito de greve é fazendo greve. Superou-se e

deixou-se prá trás a "violência dos discursos", a "ação" restrita a pronunciamentos, brilhantes ou medíocres, feitos em conferências, reuniões e banquetes. A realidade se abriu de forma a permitir que o enfrentamento contra a opressão se alastrasse e ampliasse a solidariedade de classe, transformando-a em algo vivo e comovido. Não a solidariedade vazia, mas a outra, a solidariedade nos atos, solidariedade entre os que têm os mesmos problemas, as mesmas necessidades e a mesma força e, ainda que vaga, a mesma idéia sobre a necessidade de uma nova e possível sociedade. Uma nova sociedade onde o governo esteja nas mãos dos trabalhadores e na qual eles possam socializar os frutos de seu próprio trabalho.

Sérgio Squilanti

Lutar pelo direito de greve, é fazer greve.

Na quarta-feira, 17, o ambiente no Sindicato dos Metalúrgicos transformou-se. A paralisação de 70% dos quase 20 mil operários da Mercedes Benz do Brasil era comentada com júbilo, aumentando a impressão impregnada no ar, que outras fábricas mais estavam parando.

"E a Volks, pára ou não pára?"
"Que nada, os alemão, dobraram eles!"
"Dobram uma ova... vai ver lá, lá no mural. Se até sexta-feira eles não derem uma resposta, pára tudo. A peãozada tá louca!"

Porém já à tarde o quadro era outro. Grupos de operários da Mercedes nas escadas e nos bares, criticavam abertamente a direção do sindicato:

"Devia agora é fazer greve contra o sindicato!"
"Eu não volto, vou continuar em greve!"

"A peãozada foi coagida. O doutor Maurício reuniu o pessoal lá na fábrica, depois de ter conversado com a Diretoria da Mercedes e começou contando o caso de Osasco, que paralisou a cidade inteira e não conseguiu nada. Disse que entrou o Exército, que prendeu todo mundo, que a maioria foi despedida, que não levou a nada. Começou assim... Assustando!"

"Esse foi o primeiro papo. Começou por aí... imagine o resto!"

"Ele disse que a proposta de 15% de aumento a ser dado de 1º de junho deste ano até fevereiro de 1979 foi da diretoria da Mercedes, mas que prá imprensa ele ia falar que era uma proposta do sindicato."

"A peãozada faz greve, se mata, e depois foi a Mercedes quem deu... assim não dá!..."

"Falou que é melhor um passarinho na gaiola do que dois na gaiola do vizinho."

"O sindicato não foi mediador de coisa nenhuma, foi lá é prá estragar. Se não metesse o bico o

pessoal tava parado e ia conseguir os 20% de aumento."

"Mas ninguém tá satisfeito não... qualquer coisinha que jogar ali, incendeia tudo de novo."

"É impressionante pô!... É impressionante... tudo mundo apoiando e ele vem com um papo de estruturas não sei de quê, que elas não agüentam, que o governo não pode dar, que atrapalha o país... O que a gente viu... o que o cara do sindicato disse era prá ter vergonha... era prá o cara nunca mais pisar aqui..."

"Dois dias parados, você acha que eles iam continuar negando, tendo prejuízo?"

"Eles subiram lá em cima e já vieram com a resposta feita. Não combinaram nada com o pessoal que tava parado."

"Foram pegando o pessoal sem consultar sem nada. Você acha que l cara pode representar 500?"
"O cara que o sindicato escolheu, quando disse que ia, levou uma vaia!!"

"Lá no meu setor mandaram o alemão, o gerente; peão mesmo não foi nenhum!"

"E depois vem dizer que o sindicato é nosso!..."

A atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo foi no mínimo contraditória. Boas declarações foram acompanhadas de outras lastimáveis. No final da noite de quarta-feira, enquanto no sindicato se aguardava uma resposta afirmativa para a proposta feita à diretoria da Ford, de permitir a realização de uma assembleia no interior da fábrica, grupos de operários da Mercedes Benz, inconformados com a "solução" encontrada para a greve de sua fábrica, discutiam acaloradamente com Djalma, um dos diretores do sindicato, no salão interno do 1º andar.

"Mas companheiros - dizia Djalma - não adianta radicalismos, daqui a pouco põem o Exército e acaba tudo. Já tem gente trabalhando, voltando ao trabalho... devemos ponderar... Prá mim, como diretor do sindicato, o que eu posso ganhar é ser preso. E vocês? Vão é ser despedidos!"

Tem que ponderar... senão acabam com tudo!..."

"Mas por que acabar com tudo? A gente parado, eles negociam!"

"Não negocia, não. A Mercedes não negocia com os trabalhadores, não aceita. Só negocia com o sindicato! Não adianta radicalismo companheiro! Nós não estamos na Espanha, na Europa. Posteriormente podemos fazer coisa melhor. Daí não precisa nem de sindicato. Nós brasileiros não estamos preparados para isso. Não adianta radicalismo!"

"A diretoria da Mercedes conseguiu foi é dobrar o sindicato." "Não adianta radicalismo..."

Ela conversa se encerra com os operários se retirando visivelmente frustrados. Djalma, posteriormente entrevistado, confirmou a necessidade de se acabar com o "radicalismo" e ponderar. São dele as seguintes ponderações:

"A proposta de 15% parcelado é uma proposta conjunta do sindicato e da diretoria da Mercedes.

A diretoria só admite discutir com o sindicato. Na reunião que fizemos, chegou-se à seguinte conclusão: a Mercedes daria 15% a partir de 1º de junho a 31 de março de 79, sem definir quando daria. A proposta foi levada aos operários, e numa assembleia no restaurante com 300, ela foi aprovada. Aceitaram, mas que fosse dado da seguinte forma: 5% em 1º de junho, 5% em 1º de outubro e 5% em 1º de fevereiro (79)."

"Eu acho que é razoável. Não está bom. Mas a gente tem de ser realista."

Questionado se essa seria a orientação geral que o sindicato levaria para o conjunto dos grevistas, afirmou:

"Não é bem isso. O sindicato faz o que os trabalhadores querem, mas eu acho que essa proposta vai ser aceita por todos."

O que nessa hora foi esquecido deve ser lembrado.

Por que não se convocou uma assembleia geral dos trabalhadores da Mercedes (19 mil) para deliberar

sobre a proposta? Por que antes de aprová-la não foi ela discutida com os trabalhadores nas várias seções da empresa (naquele dia 70% deles já tinham aderido à greve)? Por que optou-se pela solução de última hora, de uma assembleia de apenas 300 que apressadamente "aprova" propostas insuficientemente discutidas por todos?

Isso tudo abre a possibilidade de sérios questionamentos à representatividade do que foi deliberado.

Um sindicato livre e independente faz de fato o que os trabalhadores querem. Um sindicato atrelado não faz. E para os trabalhadores poderem expressar o que querem é necessário a utilização de mecanismos amplamente democráticos. Procedimentos que possibilitem a discussão de propostas para depois deliberar sobre elas.

Soa bonita a frase: "se colocar na defesa dos interesses dos trabalhadores"; defender isso na prática é que é difícil. A classe operária, de forma quase que espontânea - como bem reconhece a diretoria do sindicato de São Bernardo - faz, pratica greves e avança na conquista do direito legal de realizá-las. Combate o arrocho salarial brigando por aumentos. Levantar abstratamente as bandeiras do "Direito de Greve", "Liberdades Sindicais", "Fim do Arrocho Salarial" serve muito mais a intenções eleitoreiras do que à concretização desses objetivos.

O ânimo e a disponibilidade de luta que a classe operária mostrou em São Bernardo assusta não só os empresários. Esses de repente deixaram de lado seus inclementes e lamuriosos pedidos de aberturas ao regime. Hoje lembram aos operários que as leis que estão aí, embora "injustas", devem ser rigorosamente respeitadas. Aberturas sim, mas desde que não prejudiquem e diminuam muito os lucros.

A disposição de luta da classe operária assusta também os sindicatos que sabem fazer maravilhosos discursos mas não oferecem uma orientação firme, capaz de unificar as reivindicações e levá-las mais adiante.



Vietnam, estudantes e a ocupação da fábrica.

— Em 1968, eu trabalhava já há dois anos na Rhône-Poulenc Vitry, uma fábrica especializada em produtos farmacêuticos, com 3000 assalariados (600 na pesquisa e o resto na produção). Havia um grande número de jovens nessa fábrica e nós fundamos um "Comitê Vietnam" depois da ofensiva do Tet, em janeiro de 68. Quando, aqui na França, os estudantes começaram seu movimento, nós também nos tornamos mais ativos na fábrica. Isso independentemente da orientação da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), sindicato ao qual a maioria de nós pertencia. Foi então que houve a passeata do 13 de maio.

ET - Contra o que exatamente se estava protestando, com a passeata do 13 de maio?

CM - O governo De Gaulle reprimira de forma extremamente violenta uma manifestação estudantil no dia 11 de maio. As centrais sindicais (CFDT, CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores, FO - Força Operária) convocaram para a passeata do 13 de maio: contra a repressão e por certas reivindicações operárias. Lá na fábrica, algumas pessoas já achavam que se estava criando uma situação excepcional. Para muitos não era mais uma das habituais "jornadas nacionais de protesto". Só na volta da passeata é que a coisa começou a mudar. Deve ter sido o impacto com a dimensão da passeata: quase um milhão de pessoas. No dia seguinte, praticamente ninguém mais trabalhava. As organizações sindicais convocaram uma assembleia geral, a qual vieram 2000 pessoas: decidimos ocupar a fábrica. Aliás, as centrais sindicais nunca deram uma palavra-de-ordem de greve geral ilimitada. A partir do 13 de maio, desenvolveu-se um movimento nas empresas, que foi crescendo como bola de neve. Cada dia mais empresas entravam em greve, e foi assim que se chegou à greve geral.

A organização interna da fábrica ocupada

ET - Quando vocês decidiram ocupar a fábrica, que objetivos atribuíram à ocupação?

CM - Não tínhamos objetivos precisos. Durante toda a greve nós não nos perguntávamos como ela iria terminar. Era como se tivesse havido uma enorme mudança e isso fosse definitivo. E a prova é que, quando houve a proposta de um governo Mendes-France/Mitterrand, nós nem sequer discutimos a questão. Nós estávamos ocupando a fábrica, que fazíamos parcialmente funcionar... Era sobre isso que a gente falava: como fazer a ocupação. Depois da primeira assembleia, os 3 sindicatos se reuniram e foi decidido que, devido à baixa porcentagem de sindicalizados na empresa, era necessário fazer uma greve muito ativa, procurando levar a maioria dos trabalhadores a participar da ocupação. Foi decidido criar comitês de base ao nível de cada escritório, oficina e laboratório, que elegeriam seus representantes. Um comitê de greve reuniria o conjunto dos delegados de comitês de base e criou-se um comitê executivo, composto por representantes das organizações sindicais. Alternadamente houve sempre 1.500 (mil e quinhentas) pessoas ocupando a fábrica.

ET - As mulheres também?

CM - Também. No início, isso provocou algumas discussões: se as mulheres participariam da ocupação durante a noite... Mas, exceto alguns serviços, não houve discriminação. As mulheres ocuparam a fábrica tanto quanto os homens.

ET - Você disse que durante a ocupação os trabalhadores fizeram a fábrica funcionar parcialmente...

CM - No primeiro dia da ocupação, os contra-mestres ainda ficaram na fábrica. No setor onde eu trabalhava, nós abastecíamos os hospitais em produtos ditos de emergência. Os dois chefes desse serviço vieram à primeira reunião do comitê de base e disseram: "fulano e beltrano têm de ficar para o caso de algum hospital ter necessidade urgente de um produto". Com esse pretexto, tentaram requisitar quase 2/3 dos trabalhadores do serviço. Nossa reação imediata foi de dizer que eles já não mandavam mais. Agora, o comitê de base e o comitê de greve eram soberanos. Só eles podiam decidir quem ficava ou não. Havia piquetes de greve, para controlar quem saía e entrava na empresa. E piquetes de auto-defesa para a noite, porque era necessário proteger certos produtos: bombas de gás, material de combate a incêndios etc... Foram mantidas ainda outras atividades, devido a problemas de segurança: alguns aparelhos de produção, por exemplo, tinham de ser permanentemente alimentados com gás líquido. Foi preciso cuidar dos animais-cobaia do departamento de pesquisa. Cada serviço se ocupava do seu abastecimento, mantinha as instalações em condições de funcionamento. Inclusive em cooperação com outras empresas em greve, como a Air Líquide, com a qual fez-se verdadeiros contratos para o abastecimento. Com um depósito de gasolina situado perto da empresa, também negociamos um contrato. O depósito passou a abastecer o comitê de greve que, em seguida, informava ao conjunto da quantidade de gasolina disponível. Cada comitê de base definia suas prioridades e fazia-se a distribuição.

'Basta que alguns lembrem a tradição...'

ET - Antes vocês já tinham pensado em ocupar a fábrica alguma vez?

CM - Sempre existiu uma tradição de ocupar fábricas na França. E algumas ocupações no próprio truste

França, maio de 1968

As fábricas sem os patrões

Depoimento a Ana Maria Galano, do coletivo do EM TEMPO em Paris



COLETIVO DE PARIS (D.R.)

Rhône-Poulenc. Foi o caso da Rhodiacta em 1967. Mas, como em relação a outros problemas, certas tradições ressurtem periodicamente. Ainda que não sejam os mesmos trabalhadores a ter participado de uma experiência. Basta que alguns lembrem a tradição, para que seja assumida pelo conjunto, como se já tivessem vivido a coisa. Mas a nossa ocupação, feita com o funcionamento permanente de comitês de base, foi excepcional. Na maioria das fábricas, os trabalhadores faziam assembleias, asseguravam os piquetes, mas não havia uma organização por serviços. O resto do tempo as mulheres faziam tricô e os homens jogavam petanque (tipo de jogo de bocha). Foi só depois de 2 ou 3 semanas que compreendemos que em outras fábricas a ocupação não era como a nossa. Até então, para nós, aquilo tudo era inteiramente "natural" e ninguém pensava que pudesse acabar. Tanto é que, nos comitês de base, já preparávamos uma nova organização hierárquica: se um dia os chefes de serviço voltassem à fábrica, só seriam readmitidos para preencher funções técnicas. E, de fato, durante uma semana, depois do fim da greve, os chefes continuaram sob a direção do comitê de base. Só depois da vitória da direita nas eleições é que os chefes se sentiram com força para retomar "seu" lugar.

ET - Quanto tempo durou a ocupação?

CM - De meados de maio a começo de junho. A ocupação continuou mesmo depois de os sindicatos darem a palavra-de-ordem de retomar o trabalho. Diariamente se fazia uma assembleia-geral de balanço da greve. Até que só uma pequena minoria decidiu continuar... A greve também já não tinha mais objetivo: as reivindicações tinham sido negociadas vários dias antes e os patrões não iam ceder mais.

ET - Você disse que a ocupação não teve objetivos precisos. Como foi que as reivindicações foram definidas?

CM - Propostas das organizações sindicais foram discutidas nos comitês de base. Esses formulavam também suas reivindicações e estabeleciam uma ordem de prioridades. Com o conjunto das reivindicações reunidas, o comitê de greve estabelecia uma nova ordem de prioridades. A primeira reivindicação comum era o pagamento dos dias de greve. A segunda: o aumento de salários igual para todos ou seja, uma

suma fixa para todos os trabalhadores, independentemente de sua categoria. E a reivindicação de que os comitês de base continuassem a existir. No entanto, as reivindicações não foram negociadas ao nível da empresa, mas do truste Rhône-Poulenc...

Depois da greve geral

CM - Nos dois anos que se seguiram a maio de 68, havia um clima de esperança. Apesar do resultado das eleições, se pensava que ia haver uma nova explosão, e que, dessa vez, a coisa iria até o fim. Durante vários meses os comitês de base continuaram a existir. Mas, à medida que os meses passavam, vinham cada vez menos trabalhadores. Depois os sindicatos voltaram a ser as únicas organizações de representação dos trabalhadores. As discussões sobre alguns problemas - hierarquia, organização do trabalho - eram diferentes das de antes de 68, mas o funcionamento da organização sindical manteve-se idêntico: baseando-se na atividade dos delegados, em reuniões de trabalhadores sindicalizados. Só de vez em quando é que havia uma assembleia-geral de trabalhadores, mas a maioria já não vinha. Tinha a impressão que a assembleia servia para disputas entre organizações sindicais. Não compreendia porque não era mais possível decidir as coisas em comum.

ET - Quer dizer, então, que pouco a pouco as estruturas criadas durante a ocupação foram desaparecendo...

CM - Foi, isso mesmo. Foram estruturas criadas no clima de incrível entusiasmo de 68. Esse entusiasmo ainda se sustou durante algum tempo. Mas, se elas desapareceram, não foi só porque o entusiasmo foi declinando: deixaram de existir os meios de fazer funcionar aquelas estruturas. Atualmente só os delegados sindicais têm 15 "horas de delegação" por mês.

O reconhecimento da seção sindical da empresa, obtido em 68, correspondeu apenas ao direito de ter uma sede, murais na empresa. E ainda com limitações: só empresas com mais de 200 assalariados. Mesmos os membros da seção sindical só se reúnem uma vez por mês - depois do expediente. Assim só se consegue reunir os trabalhadores

mais conscientes. Sobretudo nas empresas em que o transporte é assegurado por ônibus especiais, com horário fixo.

ET - E as reivindicações qualitativas...

CM - Houve toda uma fase em que se falava muito disso - reivindicações quantitativas, qualitativas... Em vez de reivindicar aumentos de salários, seria preciso encontrar outras coisas - extensão das férias remuneradas, redução do dia de trabalho - que eles não pudessem anular pela inflação ou outros métodos. Mas ainda assim... Pelos acordos de 68, ao nível do truste Rhône-Poulenc, a semana de trabalho deveria ser reduzida a 40 horas. Durante 2 anos, cada 6 meses diminuía 5 ou 6 minutos. Os trabalhadores não sentiam mudança nenhuma de seu tempo de descanso e lazer. E, além disso, se começou a perceber que, apesar da redução dos horários, nós estávamos dando a mesma produção.

ET - Por quê mais?

CM - Às vezes por simples transformações do aparelho de produção ou por uma racionalização mais intensa do trabalho.

ET - Fala-se de "recuperação" de certos aspectos de 68 ...

CM - É verdade que houve uma certa recuperação. Por exemplo: a gente exigiu saber de onde vinha um produto, para quê servia, etc. Foi assim que, em algumas oficinas, se começou a dizer que tal ou qual maneira de trabalhar não tinha sentido e se propunha outros processos mais racionais... As sugestões iam sendo adotadas... Mas o problema não é nada simples. Muitas vezes uma reivindicação acaba melhorando o funcionamento e a rentabilidade da empresa. Mas, ou se faz a reivindicação ou se escolhe a política do quanto pior, melhor. E isso leva a quê? Havia militantes de organizações de extrema esquerda que diziam para os trabalhadores "isso vai ser recuperado; é uma forma de integração". Mas que adianta dar como única perspectiva a mudança do poder, sem dizer concretamente nada... E preciso reconhecer que a luta sindical quase sempre se situa entre tentativas de transformar a sociedade e reivindicações imediatas, que estão dentro do sistema. Mas isso não se deve a uma natureza particular do movimento sindical. Reflete a própria luta operária.

Quase 10 milhões de trabalhadores entraram em greve na França entre maio e junho de 1968. Christian Marquette, atualmente presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas da CFTD (Confederação Francesa Democrática do Trabalho), relata como ocorreu a ocupação da fábrica em que trabalhava, num subúrbio de Paris. Trata-se de uma das empresas da Rhône-Poulenc, do mesmo grupo que controla, no Brasil, a Rhodia Indústrias Químicas e Têxteis; Valisere, Rhodasa Indústrias Têxteis e Químicas; Clorogil Indústrias Químicas; e outras. Na parte final da entrevista, Marquette analisa a relação entre a crise econômica atual - os salários praticamente congelados, um milhão e 500 mil desempregados - e a evolução recente da política dos partidos de esquerda.

'Restruturação' da indústria, partidos de esquerda e sindicatos.

ET - Atualmente, enquanto dirigente sindical, você está em contato com centenas de seções sindicais de diversos tipos de empresas. Como vê a chamada "restruturação" da indústria francesa?

CM - Há setores, o têxtil e a siderurgia, cujo potencial de produção está sendo liquidado. Em alguns setores, eles abandonam parte das atividades e intensificam o desenvolvimento de outras. As multinacionais transferem certas etapas da produção para suas empresas em países do Terceiro Mundo. Estão ocorrendo mudanças nas condições de produção em quase todos os setores de atividade. Na química, ainda não se sente modificações tecnológicas de grande peso, mas tem diminuído o número de assalariados, aumentado a carga de trabalho e os acidentes. Outro fato que se vai generalizando é a divisão de atividades de produção entre a empresa central de um truste e empresas de sub-contratação, trabalho temporário, serviços. Essa chamada "restruturação" vai ter consequências ao nível do aparelho produtivo. Mas é a própria composição da classe operária que se está transformando também e isso já está repercutindo na relação de forças para o movimento sindical. Uma parte das atividades de produção começa a "escapar" aos sindicatos porque sua principal implantação é nas grandes empresas e nas empresas centrais dos trustes. Acontece que hoje certas empresas de sub-contratação desenvolvem atividades tão estratégicas - ou mais - que as empresas centrais. Basta dar um exemplo: depois da greve no setor de informática nos bancos, esse setor "saiu" dos bancos para empresas de serviços...

ET - A recente derrota eleitoral do Programa Comum da Esquerda parece ter causado uma grande tristeza

COLETIVO DE PARIS (D.R.)



Nosso objetivo são os leitores e nosso espaço é para os livros, editores, livreiros e gráficos. Mensalmente, jornalistas, críticos, professores e leitores analisam, resenham e polemizam em torno de livros inéditos, novas publicações e reedições à venda nas livrarias de todo o país.

leia e assinale
LEIA
LIVROS
— Uma publicação da Editora Leia Livros Ltda. —
Nº Avulso = 15,00 Assinatura (12 n.) = 150,00 Redação: R. Barão de Itapetininga, 93, s/1201 Fones: 36-0671 e 35-6667

SÓ FALTAVA A SECA

O bóia-fria Delviro e suas andanças pelo norte do Paraná, Mato Grosso, rumo a São Paulo em busca de emprego. Foram 206 quilômetros até Sorocabá, onde contou sua história.

Do jeito que essa seca arriou a lavoura, nem que chovê agora vai melhorar pros trabalhador. Esse ano vai ser difícil ter boa colheita". Delviro Gonçalves afirma isso com a certeza de quem, há cinco meses sem ver chuva, vem andando pela região do Parana e Mato Grosso. Mineiro, de Mantena, 30 anos, solteiro, andou 206 quilômetros "de pé" em direção a São Paulo, "porque a fama de São Paulo, é sempre que aqui a gente nunca fica à toa".

Em frente à estação de trem de Sorocabá, sentado numa escadinha de cimento, Delviro vai contando da seca enquanto uma nuvem negra se junta sobre as nossas cabeças.

"-Vim de pé, de Umuarama a Jurana, vi tudo de perto; nas estradas as casas vazias, largadas, do pessoal que saiu e largou tudo prá lá; na cidade, Londrina ou Maringá, pra não dizer que não tem nada, nada é 150 pessoas deitadas na estação, andando pela cidade procurando serviço, que não tem, ou um jeito de fazer a passagem e ir embora. Quem não sai é porque não tem como sair, ninguém dá serviço nem passagem. O que o pessoal tá fazendo? Procurando o que comer, as prefeitura não faz nada pra ajudar mesmo. Em Cascavel o pessoal do SOS (Serviço de Obras Sociais) o que faz é, junto com a polícia, prender as pessoas por três dias e depois mandar embora da cidade".

Sorocabá é um típico ex-município rural do sudoeste paulista, hoje voltado pra uma industrialização crescente. 105 fábricas instaladas nos últimos cinco anos, que vão rapidamente empurrando a "zona rural" para os municípios vizinhos, formando o "populoso cinturão verde", comum nas áreas industrializadas. Assim, Sorocabá, nas últimas semanas vem recebendo, absorvendo parte e despachando o resto das dezenas de famílias corridas da seca à procura de que o sol não evapore o que restou mas tá difícil.

Encontrei Delviro quando ele acabava de descer do trem que vinha de Ourinhos. Na porta da estação, uma bolsa de plástico presa nas costas, feito mochila, e uma sacola na mão. Olha pra cidade sem muito interesse, com sono. Sentamos pra conversar e ele vai explicando: "Não ia descer aqui, não. Quero ir pra Piracicaba. Tem uma usina lá que tá precisando de gente pra cortar cana, mas eu dormi no trem - fazia mais de dois dias que não dormia - e o chefe não me avisou...".

A fala solta de Delviro mostra a vontade simples que ele tinha de conversar com alguém. Falamos da vida: "Não é fácil, mas a gente veve. Andei de pé 206 km, porque tinha que sair daquele lugar e não tinha como fazer a passagem de trem, cheguei a passar um dia inteiro sem comer, passando pelas casas, tudo vazia. Perto de Jurana, depois de andar três dias e meio, passei na casa de uma família com a mulher, o velho e 7 filhos. Queria vender um rádio, mas eles não tinham um tostão, acabei deixando um capote pra eles se esquentar e eles me deram feijão com mandioca que era só o que tinha pra comer. É assim, a gente não tem nada e o que tem acaba tendo que vender pra fazer algum dinheiro, ir pra algum lugar ou comer alguma coisa. Quando eu vim de Minas, trouxe um rádio e um relógio. Tive que vender tudo, até roupa de frio, cobertor, tive que vender".

"Tá todo mundo querendo vim embora"

Delviro repetiu isso muitas vezes, "não tem onde trabalhar, não tem o que comer e agora não tem nem como sair." Pego de fotografar uma família que vai passando, car-



ENNIO BRAUNS F

regando o que sobrou na cabeça e aproveito pra fazer as fotos de Delviro. Um rosto bonito - sério ou rindo. Rindo ele comenta "se você fosse em Londrina é que ia ver o que é tirar fotografia, não ia nem caber na máquina, de tanta gente que tem." Rimos, mas por dentro o "intelectualzinho" lembra de uma frase antiga de poeta: "De que o povo ri, de fome?" Não sei, não deve ser, mas não sei. Continuamos a rir... e com fome.

A ponte entre uma idéia e outra e Delviro voltar a falar do que ele também chama de crise. "Do jeito que tá lá, se a gente tirar cem cruzeiros do bolso no meio da rua, acaba ficando sem. Se repartir com todo mundo... cada um precisa de um treco, de pão, e comida, é roupa. Procê ver: eu tinha 4 camisas; dei três."

E Minas Gerais? "Tá bom, agora. Eles tão indo até em Londrina justar gente pra apanhar café. Antigamente ia do Paraná em Minas justar pra colheita; agora vai de Minas em Londrina. Antigamente o Paraná era bom e Minas não prestava; hoje Minas virou Paraná e o Paraná virou Minas. Lá eles tão pagando Cr\$ 20,00 por saca." Pequena explicação: um homem consegue encher, no máximo três sacas de café por dia.

Delviro já andou por muito lugar. É o que se poderia chamar um camponês errante. Ou pra quebrar o romantismo: um bóia-fria profissional.

"Já trabalhei na cidade também, mas prefiro a lavoura. Não é que ganhe mais,

mas tem sempre uma fruta pra chupar, não precisa de roupa muito boa. Cidade tem que ter mais luxo, sai mais caro. No Espírito Santo trabalhei perto de Vitória, na Aracruz que é a dona da cidade. Um troço sem quantidade de grande. Tem até um banco."

No Paraguai, Delviro já trabalhou duas vezes, "em fazenda de brasileiro, um tal de João, que tem terra no Mato Grosso e no Paraguai." Da experiência de ganhar em cruzeiros e viver em guaranis, Delviro guarda as lembranças do corte de cabelo Cr\$ 12,00 e da comida "muito ruim que os paraguaios come todo dia porque não tem outra: um caldo de carne, quando tem, é um pouco de mandioca."

Convido Delviro pra almoçar e conti-

"Eles estão sempre chegando"

Apesar do noticiário do jornal Cruzeiro do Sul, de Sorocabá, afirmando que mais de 200 pessoas chegaram à cidade nas últimas semanas, a única informação fornecida pelo Serviço de Obras Sociais de Sorocabá que mantém uma caminhonete em frente à estrada de ferro para recolher as famílias que chegam - é que o dia de maior movimento foi na quinta-feira (11/5), quando chegaram cinco famílias. Com medo até mesmo de conversar sobre o assunto, atendente do SOS me encaminhava ao diretor de relações públicas, Wanderlei José Testa, com a indicação de que "ele é jornalista também e sabe melhor como as

coisas devem sair no jornal". Wanderley Testa, me recebe em seu escritório na Metalúrgica Nossa Senhora da Aparecida, onde também é relações públicas. Começa estranhamente afirmando que "a Aparecida emprega com total preferência o pessoal que vem do Paraná".

Inrompe pela sala o responsável pelo recrutamento, afirmando categoricamente que está querendo "abrir um quadro" especial só pro pessoal que vem do Paraná. Wanderley me olha intrigado como querendo advinhar quê já tinham me dito

lá no SOS. O recrutador continua: "por dia está chegando, pelo menos trinta aqui pedindo trabalho. Hoje eu mandei todos embora porque não tinha vaga, mas amanhã eles voltam. Eles estão sempre chegando". Wanderley tanta explicar, dá a volta por cima, fala da tradição da Aparecida, "41 anos dedicados ao progresso de Sorocabá", e me apresenta o jornal "Lingotinho", editado por ele mesmo, onde em uma página inteira, entre depoimentos de operários e citações do economista Paul Singer, procura explicar porque os "Migrantes do Paraná Escolhem A Aparecida".

Comprovada tortura em Recife

Sexta-feira está se tornando um dia fatídico no Recife. Há quarenta dias, numa sexta de madrugada, foram presos Edilson Freire Maciel, Selma Bandeira Mendes, Valmir Costa e Maria Aparecida dos Santos. Vinte dias depois, também numa sexta, Leci Alves de Moura foi retirada à força de sua casa e levada para a Polícia Federal.

Na última sexta-feira, dia 12, foi a vez de Edival Nunes da Silva (Cajá), estudante de Ciências Sociais e membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, também integrante da Pastoral da Juventude daquela Arquidiocese e do Diretório Acadêmico do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e do DCE da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Procurado pelo DCE no domingo, o reitor Paulo Maciel entrou em contato com a Polícia Federal, que confirmou a prisão de Cajá.

Na segunda-feira, dia 15 de maio, já pela manhã, toda a UFPE, amanheceu cheia de faixas e cartazes denunciando o sequestro do estudante. Até a quarta-feira, cerca de 4000 alunos dos cursos de Ciências Sociais, História, Pedagogia, Psicologia, Biblioteconomia, Arquitetura, Desenho Industrial, Comunicação Visual, Letras e Física, além dos mestros de Economia, Física, Sociologia e Desenvolvimento Urbano entraram em greve, exigindo a imedia-

ta quebra da incomunicabilidade, a integridade física e psicológica e a libertação de Cajá. O movimento se alastra dentro da UFPE e tende a atingir as outras Universidades do Recife (Rural e Católica). Na Rural uma assembleia de 400 alunos já decretou "Estado de Alerta" e prevê-se deflagração de Greve Geral.

Fora da Universidade, vários setores se manifestaram solidários com os estudantes. A Comissão de Justiça e Paz está em assembleia permanente, o mesmo acontecendo com o Trabalho Conjunto, que reúne quase duas dezenas de entidades e movimentos. Sexta-feira passada, no Campus da Católica, houve um ato público promovido pelo Trabalho Conjunto em repúdio a repressão e exigindo a imediata libertação de Cajá.

TORTURAS

A intensa mobilização criada em torno do sequestro do estudante levou a Polícia Federal a permitir que sua mãe e o reitor da UFPE pudessem vê-lo, ainda que rapidamente e sem poder dirigir-lhe a palavra. Retornando ao Campus da UFPE, o reitor compareceu a uma assembleia geral com cerca de 1000 participantes, onde relatou sua visita ao preso. Sobre as condições de Cajá disse: "Exteriormente, ele me pareceu bem, embora eu não seja médico para afirmá-lo." As pressões levaram também a Poli-

cia Federal a solicitar uma pericia traumatológica ao Instituto de Medicina Legal de Pernambuco. O laudo médico, liberado na quarta-feira à noite, esclarece: "Os médicos legistas abaixo-assinados (...), examinando às 11 horas do dia 17 de maio de 1978 a pessoa de Edival Nunes da Silva (...) verificaram o que a seguir descrevem: 1 - Houve lesão a integridade corporal ou a saúde do examinado? Resposta: Sim. 2 - Qual o instrumento ou meio que ocasionou? Resposta: Instrumento contundente. (...) Informa o pericrônio (Cajá) que foi espancado por agentes da Polícia Federal há poucos dias.

Aos exames constatamos: duas escoriações cobertas por crosta, situadas acima e abaixo do maléolo interno direito (...)." Assinam os doutores Lúcio José Rodrigues e João Luiz dos Santos Neto, Médicos Legistas.

Na última quinta-feira à noite, informou-se que haviam recommençado as torturas contra o estudante, agora com mais intensidade ainda. A greve decretada na UFPE ampliou-se para os cursos de Engenharia e Educação, num total de doze mil estudantes. O bispo D. Helder Câmara divulgou nota de protesto contra a prisão do estudante exigindo um médico de sua família para examiná-lo. O movimento não se limita a exigir a libertação do detido, mas também anistia ampla, geral e irrestrita. (Suicursal de Pernambuco).

Greve de fome

Passam os oito dias, o isolamento permanece.

O isolamento de Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti, os dois condenados à prisão perpétua pela Lei de Segurança Nacional que foram o pivô da greve de fome nacional dos presos políticos, não foi quebrado no prazo prometido pelo juiz auditor de Recife, José Bolívar Regis, isto é, oito dias. Ele adiou para segunda-feira o seu despacho sob alegação de demora na conclusão dos autos. Permanece ainda a expectativa em torno das medidas que o governo tomará no caso. Em Tempo publica o depoimento de Rholine, avaliando o movimento da greve de fome:



Rholine S. Cavalcanti

"É bom ressaltar que caso o atual auditor cumpra os compromissos assumidos (compromissos anteriores não foram concretizados) nossa volta à vida coletiva não se dará de formas plena. O que realmente acontecerá será uma suavização do isolamento que nos foi imposto por mais de dois anos e meio.

Do ponto de vista pessoal, a novas situação servirá para, até certo ponto, melhorar minha estabilidade emocional. A eliminação do isolamento terá esta função estabilizadora. É evidente que minha vida sofrerá alterações consideráveis, já que poderei participar de algumas atividades vinculadas à comunidade dos presos políticos.

A história dos presos políticos de Itamaracá tem sido ao longo de muitos anos uma história de incessantes lutas dentro de correlações de forças desfavoráveis e sempre com o objetivo de que os direitos humanos fossem respeitados. Estas lutas materializaram-se através de incontáveis documentos de denúncias e várias greves de fome, protestando contra as péssimas condições carcerárias que nos sufocam. Denunciamos tam-

bem torturas praticadas em presos comuns.

Sustentados nas forças políticas mais conservadoras e repressivas que compõe o regime atual, os brutais e mesquinhos carcereiros quer nos perseguem não conseguiram e não conseguirão jamais transformar-nos numa massa amorfa e desorganizada como tantos sonham. Nossa disposição de luta, nossa combatividade nos premiou com a condição de presos políticos.

Do ponto de vista mais geral, a quebra do isolamento representará um avanço nas lutas dos presos políticos do Brasil. A última greve de fome de Itamaracá deflagrada contra o meu isolamento e o de Carlos Alberto, contou com a solidariedade dos presos políticos do país e, com uma mobilização nacional das forças democráticas, transformando-se, assim, num fato político nacional. Muito se falou em direitos humanos e foram realizadas expressivas manifestações em favor da anistia ampla, geral e irrestrita para todos os atingidos pelo regime anti-democrático instalado no país em 1964. Agora mais do que nunca, não estaremos sós."

Ennio Brauns F

Cobertura da greve no abc págs. 5, 6 e 7

EM TEMPO!